

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS E SEGURANÇA SOCIAL
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL

**PROPOSTA DE UM PROJETO DE UM CENTRO DE P&D EM PRODUTOS COM
VALOR CULTURAL AGREGADO NO RECÔNCAVO BAIANO**

DANIEL CRUZ

CRUZ DAS ALMAS – BAHIA

MARÇO - 2013

DANIEL CRUZ

**PROPOSTA DE UM PROJETO DE UM CENTRO DE P&D EM PRODUTOS COM
VALOR CULTURAL AGREGADO NO RECÔNCAVO BAIANO**

Dissertação apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social.

Orientador: Prof. Dr. Amílcar Baiardi

CRUZ DAS ALMAS – BAHIA

MARÇO - 2013

FICHA CATALOGRÁFICA

C957

Cruz, Daniel.

Proposta de um projeto de um centro de P&D em produtos com valor cultural agregado no recôncavo baiano / Daniel Cruz. Cruz das Almas, BA, 2013. 67f.; il.

Orientador: Amilcar Baiardi

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas.

1. Pesquisa – Desenvolvimento. 2. Aspectos sociais – Multiculturalismo. 3. Recôncavo (BA). I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas. II. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS E SEGURANÇA SOCIAL**

**COMISSÃO EXAMINADORA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE
DANIEL CRUZ**

Prof. DSc. Amilcar Baiardi
Doutor em Ciências Humanas pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP,
Pós-doutor em História da Política de Ciência e Tecnologia - IMSS, Firenze, Itália.
Universidade Federal da Bahia - UFBA
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB
(Orientador)

Prof. José Alexandre de Souza Menezes
Ph.D em Economia por Cornell University, NY, EUA.
Universidade Federal da Bahia - UFBA
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB

Prof. Antonio Eduardo Alves de Oliveira
Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia - UFBA
Foudation Nationale Des Sciences Politiques - Paris
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB

Dissertação homologada pelo Colegiado do Curso de Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social em, conferindo o Grau de Mestre em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social em

Ao meu querido pai, Jair Oliveira da Cruz,
e a minha estimada mãe, Maria Lúcia P. da Cruz.

AGRADECIMENTOS

A Deus, motivo de o meu cantar, pela vida, pela saúde, pela proteção, pelos dons e pela oportunidade de contribuir com o próximo através deste projeto.

Não há dúvida. Este é um momento ímpar, e sem a ajuda de pessoas especiais eu não estaria escrevendo essas palavras. Faço questão de homenagear quem, de alguma forma, se fez presente durante a minha caminhada.

AGRADEÇO ao meu pai, Jair Cruz, por ter acreditado em algo que poucos acreditaram e por ter me ensinado valores, sem os quais jamais teria me tornado o homem que sou. À minha mãe, Lúcia, por ser a minha referência. Aos meus irmãos Glaucieth e Jairton, que sempre me apoiaram e participaram ativamente da minha formação. Ao meu cunhado, Jairo Silva, pelos bons conselhos.

Ao meu orientador, Amilcar Baiardi, pelo direcionamento, pela presença, pelas ideias, pelo estímulo constante e por ter investido tempo e conhecimento na orientação deste projeto. Obrigado por ter aceitado me orientar. Tenho muito orgulho em poder dizer que fui dirigido por um ganhador do *Prêmio Jaboti*. Suas contribuições foram preciosas para o meu crescimento pessoal e intelectual. Grazie Maestro.

A minha Letícia Alves, pelo apoio irrestrito, pela paciência, pelo carinho e por não encontrar obstáculos na hora de dizer sim. Sua ajuda foi primordial durante a pesquisa. Sem você TUDO seria mais difícil.

Ao estimado professor José Alexandre Menezes e sua esposa Suzana, pela generosidade e presença marcante na reta final de produção deste trabalho. Foi uma honra tê-lo na minha banca examinadora. Obrigado bom mestre.

Aos queridos mestres Roberto Medeiros e Armando Ortiz, meus respectivos orientadores na graduação e na pós-graduação, pelo incentivo e apoio contínuo para que eu prosseguisse na vida acadêmica.

Aos professores Luiz Mendes e Warli Anjos de Souza, pelos “puxões de orelha”, e por repartirem conteúdo de forma simples, direta e humilde, mesmo diante do conhecimento de que são detentores. A todos os professores do mestrado em gestão, que fizeram parte da

minha trajetória acadêmica no curso, pelos ensinamentos que instigaram e fomentaram minhas reflexões.

Ao querido amigo Thiago Melo, que se mostrou um irmão durante o tempo em que passei estudando em Londres. Você fez parte dessa jornada pessoalmente, me proporcionando amizade real, cercada de muitas risadas, boas histórias, aprendizagem, reflexões e verdadeiro companheirismo. Te admiro como pessoa, como acadêmico, como profissional e como pensador.

A família Semesin, Vicente, Zenilda, Débora, Gabriela, Thiago e Valéria por me acolherem em sua casa de forma tão carinhosa. Ainda hoje sinto saudade de coisas simples, e ao mesmo tempo marcantes que vivi com vocês, como tirar gelo naquele refrigerador “chique”, a inesquecível costela do Vicente, e o recorde automobilístico do Thiagão ao me conduzir sem sequelas até a *Victoria Station*. Nunca vou esquecer o que fizeram por mim.

Ao querido casal Mirtes Stanislaus e Stan, por terem sido o meu porto seguro em Londres. Mirtes, sem você eu não teria realizado o sonho de viver a experiência de morar no exterior, e escrever o projeto respirando uma cultura diferente. Você é uma mulher em extinção. Obrigado querida amiga.

Aos inestimáveis amigos Jonatan Conceição, Priscila e Samuel, por terem me recebido com tanta bondade em seu lar durante o tempo em que passei na Ucrânia. Chefe, sou muito grato pela primeira oportunidade que me deu na TV. Não esquecerei jamais.

Aos prezados Ivo Vasconcelos e Geovane Queiroz pelo importante incentivo durante a minha vida acadêmica, e pelo apoio na decisão de ir estudar na Inglaterra.

De uma maneira muito franca, agradeço a todos que de uma forma ou de outra colaboraram para o meu crescimento acadêmico e, por conseguinte, para realização dessa monografia.

Meus sinceros agradecimentos.
Que Deus cuide de cada um de vocês.

"A maior habilidade de um líder é desenvolver habilidades extraordinárias em pessoas comuns."

Abraham Lincoln

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo propor um projeto de criação de um Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em produtos com elevado valor cultural agregado, definidos como pertencentes à esfera da economia criativa. A ideia é que o mesmo esteja localizado no município de Cachoeira, no Recôncavo Baiano. O texto procura mostrar a importância de uma *infraestrutura de Pesquisa e Desenvolvimento multiuso, R&D Facilities, para a economia ajudando a desenvolver uma cultura empreendedora que possibilite a geração de ocupação e renda, por meio do desenvolvimento de novos processos e novos produtos* para os mercados local, regional, nacional e internacional.

Palavras chave: Centro de Pesquisa e Desenvolvimento; Valor Cultural; Empreendedorismo Regional e Economia Criativa.

ABSTRACT

This paper aims to propose a project to establish a Center for Research and Development in products with high cultural value added, defined as belonging to the realm of the creative economy. The idea is that it is located in the town of Cachoeira, in the Reconcavo Baiano. The text aims to show the importance of Infrastructure Research and Development multipurpose R & D facilities for the economy helping to develop an entrepreneurial culture that facilitates the generation of jobs and income, through the development of new processes and new products to the market place, regional, national and international.

Key-words: Center for Research and Development, Cultural Value, Entrepreneurship and Regional Creative Economy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa do Recôncavo da Bahia	19
Figura 2 - Convento de Cachoeira	20
Figura 3 - Câmara Municipal.....	20
Figura 4 - Monumento Arquitetônico Barroco.....	21
Figura 5 - Trajes típicos da mulher em Cachoeira nas festividades	21
Figura 6 - Danças típicas	26
Figura 7 - Manifestações religiosas e Artísticas.....	27
Figura 8 - Vista aérea da cidade de Cachoeira-BA	27
Figura 9 - Confraria religiosa da Boa Morte	28
Figura 10 - Samba de roda.....	28
Figura 11 – Candomblé	29
Figura 13 - Procissão N.S. Boa Morte.....	29
Figura 14 - Curva da Riqueza.....	44
Figura 15 - Estrutura conceitual do Centro de P&D	50
Figura 16 - UFRB e Sistema Nacional de C&T	51
Figura 17 - Centro de P&D e UFRB como pilares da inovação.....	52
Figura 18 - Incentivos fiscais, financeiros e culturais	53
Figura 19 - Centro de P&D e o processo de design da criatividade	53
Figura 20 - Produção de Calçados	65
Figura 21 - Produção de Alimentos	65
Figura 22 - Produção de Artesanato	66
Figura 23 – Produção de Confecções	66
Figura 24 – Produção de Festas Típicas	67
Figura 25 - Produção de Instrumentos Musicais	67

LISTA DE SIGLAS

CAHL -	Centro de Artes, Humanidades e Letras
DOU -	Diário Oficial da União
IPHAN -	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
P&D -	Pesquisa e Desenvolvimento
SENAI -	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SEBRAE -	Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa
SNC -	Sistema Nacional de Cultura
SNIIC -	Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais
UFRB -	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 Contextualização histórica da Cidade de Cachoeira-BA	13
1.2 Problema	16
1.3 Objetivos	16
1.4 Justificativa	16
1.5 Tratamento metodológico	17
2 CACHOEIRA PATRIMÔNIO HISTÓRICO E IMATERIAL	18
2.1 Patrimônio Histórico e Imaterial	18
2.2 A Monumental Cidade de Cachoeira	18
3 CENTRO DE P&D EM PRODUTOS COM VALOR CULTURAL AGREGADO	30
3.1 Um conceito de patrimônio em processo	30
3.3 Estratégias e Ações para implantação do Centro de P&D em Produtos com Valor Cultural Agregado	39
3.4 Economia criativa	43
4 PROPOSTA DO PROJETO DO CENTRO DE P&D EM PRODUTOS COM VALOR CULTURAL AGREGADO NO RECÔNCAVO DA BAHIA	45
4.1 Desenvolvendo uma Estrutura Conceitual	45
4.2 Condições estruturais do Centro do P&D em Produtos Com Valor Cultural Agregado no Recôncavo da Bahia	50
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS	60
ANEXO 1	65

INTRODUÇÃO

O tema deste trabalho se dirige para uma proposta de fundamentação que subsidie a criação de um Centro de P&D em produtos com valor cultural agregado no Recôncavo da Bahia. É, portanto, uma proposta de Projeto de Intervenção Multidisciplinar.

Este estudo aqui denominado Projeto de Intervenção Multidisciplinar nasce em resposta a um problema concreto percebido pelo autor pernambucano, em sua vivência e experiência em Cachoeira, Bahia. Assim, ao elaborar este Projeto, antes de tudo, desejo contribuir para a solução de problemas, transformando ideias em ações. Este texto abrange as questões relacionadas à elaboração do Pré-Projeto e do Projeto de Intervenção Multidisciplinar, com o objetivo de orientar tudo o que é necessário para o desenvolvimento de um conjunto de atividades a serem executadas, respondendo considerações quanto à organização do projeto, em um documento que auxilie a sistematizar o trabalho posterior em etapas a serem cumpridas, e orientar o caminho a ser percorrido para atingir os objetivos pretendidos.

Trata-se, portanto, de estabelecer um padrão, para o desenvolvimento e apresentação de proposta de um projeto de um Centro de P&D em produtos com valor cultural agregado no Recôncavo Baiano, além de servir para esclarecer possíveis dúvidas sobre a sua elaboração.

Produtos com valor cultural aqui compreendem a produções artesanais com valores cultural, étnico, histórico e ambiental agregado e com uma proposta de desenvolvimento social incluída no processo de produção, destinado a gerar ocupação e renda para indivíduos socialmente excluídos. Conceituam-se produtos culturais, como bens caracterizados por serem portadores de elevados valores intangíveis, onde a identificação dos elementos que compõem o produto expandido é particularmente importante pelos aspectos subjetivos envolvidos. Trata de uma nova visão do patrimônio cuja construção social é historicamente continuada, e respaldada por sistemas de forças sociais e pela implementação de novas interações entre os saberes tradicionais e as demandas formativas requeridas pela sociedade.

Neste trabalho conceitua-se Patrimônio Cultural como um bem (ou bens) de natureza material e imaterial, considerado importante para a identidade da sociedade brasileira. (Consta no segundo artigo 216 da Constituição Federal, 1988) que configuram patrimônio "as formas de expressão; os modos de criar; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras,

objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; além de conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico." No Brasil, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é responsável por promover e coordenar o processo de preservação e valorização do Patrimônio Cultural Brasileiro, em suas dimensões material e imaterial. Isto é: bens culturais imateriais que estão relacionados aos saberes, às habilidades, às crenças, às práticas, ao modo de ser das pessoas; conhecimentos enraizados no cotidiano das comunidades; manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; rituais e festas que marcam a vivência coletiva da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; além de mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA CIDADE DE CACHOEIRA-BA

O Patrimônio Cultural pode ser definido como um bem (ou bens) de natureza material e imaterial considerado importante para a identidade da sociedade brasileira. Segundo artigo 216 da Constituição Federal configuram patrimônio "as formas de expressão; os modos de criar; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; além de conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico." Os bens culturais imateriais estão relacionados aos saberes, às habilidades, às crenças, às práticas, ao modo de ser das pessoas. Desta forma podem ser considerados bens imateriais: conhecimentos enraizados no cotidiano das comunidades; manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; rituais e festas que marcam a vivência coletiva da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; além de mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais.

O patrimônio material é formado por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis – núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais – e móveis – coleções arqueológicas, acervos

musicológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

Entre os principais e mais antigos patrimônios nacionais esta o município de Cachoeira - BA. Em 1698, tornou-se a Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira do Paraguaçu - o nome se dá, por estar próxima às quedas d'água presentes na cabeceira do Rio Paraguaçu, onde ocorreu uma significativa presença de africanos e afrodescendentes em interação com europeus de variadas nacionalidades, desde que foi fundada em 1531.

Desde o período escravista vem se observando a construção social de uma riqueza e diversidade da cultura popular em Cachoeira. Esse constructo encontra-se presente no sincretismo religioso, com forte presença da cultura afro-brasileira e das manifestações do catolicismo. A cidade, hoje, é um baluarte cultural dentro da Bahia, o que se demonstra pelos seus inúmeros museus e movimentos populares. Cachoeira é uma das cidades baianas que mais preservou a sua identidade cultural e histórica com o passar dos anos, o que a faz um dos principais roteiros turísticos históricos do estado. Além disto, a imponência do seu casario barroco, das suas igrejas e museus, levou a cidade a alcançar o *status* de "Cidade Monumento Nacional" e "Cidade Heroica" pela participação decisiva nas lutas pela independência do Brasil a partir do Decreto 68 045, de 13 de Janeiro de 1971, assinado pelo presidente Emílio Garrastazu Médici.

Paralelamente, o desenvolvimento do cultivo de cana-de-açúcar, da mineração de ouro no Rio das Contas e a intensificação do tráfico pelas estradas reais e da navegação do Rio Paraguaçu, colaboraram para o rápido desenvolvimento econômico da região a partir do século XVIII. Já em inícios de 1800, a sociedade cachoeirana detinha grande influência política e participa ativamente das guerras pela Independência da Bahia, em 1821, constituindo a Junta de Defesa. A vila foi elevada à categoria de cidade por decreto imperial de 13 de março de 1873 (Lei Provincial 43).

Cachoeira é considerada Monumento Nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional (IPHAN). Cachoeira também é a segunda capital do estado, de acordo como a Lei Estadual 10 695/07. Todos os anos, no dia 25 de junho, o governo estadual é transferido para o município, num reconhecimento histórico pelos feitos da cidade em prol do país.

Atualmente, a cidade abriga o Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) da *Universidade Federal do Recôncavo da Bahia*. A chegada de um dos campi da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e dos seus nove cursos de graduação à Cachoeira foi um importante marco para o crescimento e desenvolvimento da cidade. O CAHL funciona no Quarteirão Leite Alves (local onde existia uma fábrica de charutos no século XIX).

Dentre os vários fatores de favorecimento do desenvolvimento econômico, aos níveis nacional, regional e principalmente local, está o apoio ao empreendedorismo por meio dos centros de P&D, e as incubadoras de empresas. Segundo SILVA (2009 p.241) “O surgimento de novas empresas necessita ser induzido pelas universidades, associações de empresas do setor, incubadoras e parques tecnológicos”.

No Brasil, um dos grandes desafios da atualidade, é aproximar a Ciência e a Tecnologia (C&T) da Inovação, possibilitando ao mesmo tempo uma aproximação do sistema universitário e das atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), com as empresas, transformando não somente os recursos financeiros em conhecimento, mas também o conhecimento em riqueza. Silva (2009, p.243) acredita que “Não é mais possível ser um país mero exportador de *commodities*. O investimento em C&T é essencial para aumentar o valor agregado.” Arbache, Goldstein e Marques (2011, p.2) concordam com a ideia de que “as principais motivações para a instalação dos centros de P&D são o crescimento do mercado doméstico e regional, a diversidade cultural e as oportunidades de negócios em novas áreas (...)”. É, além disso, “Uma tendência evidente, pelo menos neste novo século, na direção da crescente contribuição dos centros de pesquisa relacionados com a produção científica e com os avanços tecnológicos e, antes de tudo, pela disponibilização de recursos em P & D por parte das grandes corporações”, afirmam também Baiardi e Santos (2005, p. 4).

Acreditando ser de extrema importância o crescimento do movimento de Parques Tecnológicos no Brasil, a presente pesquisa visa conceber *um projeto de um centro de P&D em produtos com valor cultural agregado na região do Recôncavo Baiano*, Mais precisamente no município de Cachoeira, para fomento de uma cultura empreendedora e economia criativa visando o fortalecimento das economias locais e seus recursos humanos, inserindo-os no contexto do mercado global.

1.2 Problema

Cachoeira como um território visto não só na sua dimensão patrimônio histórico, mas como um patrimônio cultural imaterial, resultante de um campo de forças, uma teia, ou rede de relações sociais, pode se organizar como um espaço capaz de hospedar um Centro de P&D em produtos com Valor Cultural agregado no Recôncavo Baiano?

1.3 Objetivos

Geral - Contribuir com uma proposta dos fundamentos de um Centro de P&D em produtos com valor cultural agregado no Recôncavo da Bahia.

Específico - Fornecer uma visão global e abrangente do tema/problema a ser estudado. Assim sendo, irá definir *o quê* se pretende com a execução do trabalho, ou seja, o resultado que se pretende alcançar.

1.4 Justificativa

O Centro de P&D em Produtos Com Valor Cultural Agregado no Recôncavo da Bahia se justifica por importância e relevância por possibilitar o acesso dos brasileiros à arte e à cultura, qualificar ambientes e equipamentos culturais para a formação e fruição do público, e permitir aos criadores o acesso às condições e meios de produção cultural. O acesso à arte e à cultura, à memória e ao conhecimento é um direito constitucional e condição fundamental para o exercício pleno da cidadania e para a formação da subjetividade e dos valores sociais. É necessário, para tanto, ultrapassar o estado de carência e falta de contato com os bens simbólicos e conteúdos culturais que as acentuadas desigualdades socioeconômicas produziram nas cidades brasileiras, nos meios rurais e nos demais territórios em que vivem as populações (DOU de 3.12.2010). É necessário ampliar o horizonte de contato da população do Recôncavo da Bahia com os bens simbólicos e os valores culturais do passado e do presente, diversificando as fontes de informação.

Isso requer a qualificação dos ambientes e equipamentos culturais em patamares contemporâneos, aumento e diversificação da oferta de programações e exposições, atualização das fontes e canais de conexão com os produtos culturais e a ampliação das opções de consumo cultural doméstico. (DOU de 3.12.2010).

Através de políticas públicas faz-se necessária a ação do Estado, gerando suporte aos produtores das diversas manifestações criativas e expressões simbólicas, alargando as possibilidades de experimentação e criação estética, inovação e resultado. Isso pressupõe novas conexões, formas de cooperação e relação institucional entre artistas, criadores, mestres, produtores, gestores culturais, organizações sociais e instituições locais. (DOU de 3.12.2010). Estado e sociedade devem pactuar esforços para garantir as condições necessárias à realização dos ciclos que constituem os fenômenos culturais, fazendo com que sejam disponibilizados para quem os demanda e necessita.

1.5 Tratamento Metodológico

É necessário, portanto, o envolvimento de instituições governamentais municipais e estaduais, de grupos empresariais, de lideranças da região, de universidades e/ou outras instituições de ensino e de pesquisa que tenham potencial para o desenvolvimento de inovações tecnológicas e organizacionais. É desejável também o apoio dos serviços e instituições existentes na região, tais como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, e o Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa – SEBRAE.

Para estruturar e definir o processo de concepção e desenvolvimento Centro de P&D em produtos com valor cultural agregado no Recôncavo da Bahia, uma equipe de gerenciamento deverá ser constituída. Esta equipe será composta de técnicos especializados na formação de centros de Pesquisa e Desenvolvimento, e representantes das entidades que estão à frente do projeto. Esta equipe deverá tomar como guia um estudo de viabilidade técnica e econômica, composto de dados e informações sobre a realidade política, social, cultural, educacional e econômica da região do município de Cachoeira. Essas informações vão servir de base para demonstrar a compatibilidade da realidade local com os objetivos do centro de P&D.

Para esta etapa, é desejável identificar uma instituição que apoie, com recursos humanos e/ou financeiros, a realização do estudo. Como o apoio de especialistas, elaborar um Plano de Negócios para estabelecer os passos que devem ser dados para que a concepção do centro se transforme, num período de tempo pré-determinado, em um

empreendimento de êxito, em conformidade com o que foi planejado. Deve ser indicada a existência de um conjunto de instituições locais formalmente comprometidas em constituir uma rede de cooperação que possibilite o funcionamento do projeto, e com capacidade para atrair parceiros governamentais, tecnológicos e empresariais.

2 CACHOEIRA PATRIMÔNIO HISTÓRICO E IMATERIAL

2.1 Patrimônio Histórico e Imaterial

Um primeiro aspecto da agenda para um ponto de partida de uma proposta dos fundamentos de um Centro de P&D em produtos com valor cultural agregado no Recôncavo da Bahia, especificamente em Cachoeira, é considerar que seu patrimônio é em si uma construção social e, assim sendo, torna-se necessário no contexto das práticas sociais que o geram e lhe conferem sentido. A preservação, como toda prática, consiste em ações simbólicas, desenvolvidas em arenas ou situações sociais por sujeitos (indivíduos e instituições) estruturalmente posicionados a partir de motivações e estratégias referidas a sistemas de forças sociais.

Cabe indagar, portanto, qual é o objeto dessas práticas, quais são os sujeitos que a põem em marcha, em que condições e quadro institucional isso ocorre, e que valores ela, por sua vez, mobiliza. Essas questões exigem obviamente que a reflexão seja fortemente referenciada pela pesquisa empírica.

2.2 A Monumental Cidade de Cachoeira

A histórica cidade de Cachoeira é reconhecida pela beleza arquitetônica e importância historiográfica no âmbito nacional. Localizada a 120 km da capital Salvador, na região do Recôncavo Sul baiano, pertence ao território de identidade do Recôncavo, que quer dizer “fundo de baía”, neste caso, a Baía de Todos os Santos.

“Os primórdios de Cachoeira remetem ao século XVI, com o início da colonização portuguesa da Baía de Todos os Santos e a instalação de engenhos de cana-de-açúcar nas margens a esquerda do rio Paraguaçu. O desenvolvimento do povoado e acúmulo de riquezas em Cachoeira foram provenientes do alto rendimento da economia açucareira, aliada a posição estratégica da cidade,

variadas nacionalidades em Cachoeira durante o período escravista é um dos fatores que originou a riqueza e diversidade da cultura popular em Cachoeira. Esta interação encontra-se presente no sincretismo religioso, com forte presença da cultura afro-brasileira e das manifestações do catolicismo.

Cachoeira hospeda os seguintes patrimônios:

Figura 2 - Convento de Cachoeira



Fonte: Google imagens (2013)

Figura 3 - Câmara Municipal



Fonte: Google Imagens (2013)

Figura 4 - Monumento Arquitetônico Barroco



Fonte: Google Imagens (2013)

Figura 5 - Trajes típicos da mulher em Cachoeira nas festividades



Fonte: Google Imagens (2013)

Casa de Câmara e Cadeia Pública

Construídos entre os anos de 1698 e 1712, a Casa de Câmara e Cadeia Pública situa-se no limite da parte plana de Cachoeira, posição estratégica para proteger o prédio das enchentes do Rio Paraguaçu. Por duas vezes, a construção foi sede do Governo Legal da Província. Foi nela ainda que Dom Pedro I foi aclamado Regente e Defensor do Brasil, em 1822. O sobrado possui elementos característicos do estilo barroco e mantém telas de importante valor histórico, como o "Retrato de D. Pedro II", de José Couto e "O primeiro passo para a independência da Bahia", de Antônio Parreiras. O prédio atualmente abriga a Câmara Municipal de Cachoeira e funciona como galeria e museu na parte interna inferior, onde antes se encontrava a cadeia.

Convento e Igreja Nossa Senhora do Carmo

O Conjunto do Carmo, formado pelo Convento e pela Igreja da Ordem Terceira do Carmo, possui notável valor histórico e monumental. Encontra-se na Praça da Aclamação, região tombada pelo IPHAN. A Construção é de 1715, em estilo barroco. O interior da igreja é revestido de ouro e painéis de azulejos portugueses, abrigando também imagens de madeira de Macau. O prédio do Convento já acolheu o Paço da Câmara, a Casa da Moeda, quartel, pensão e até hospital. Atualmente, o espaço, que sofreu grande reforma em 1981, é ocupado por uma pousada e centro de convenções.

Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário

Construção do Século XVIII localizada entre a Rua Ana Nery e a Praça 13 de Maio, a Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário leva o nome da santa padroeira do município. A igreja se destaca pela riqueza de seu interior, que possui imagens, telas, alfaias, sacrário de prata e revestimento de azulejos historiados. Do interior de suas torres piramidais, também revestidas de azulejo, é possível apreciar a vista de quase toda a cidade de Cachoeira e parte de São Félix.

Igreja Nossa Senhora da Ajuda

O edifício que abriga a Igreja Nossa Senhora da Ajuda foi construído em 1687. Trata-se da primeira igreja da cidade de Cachoeira. Construção de relevante importância arquitetônica abriga as imagens de Nossa Senhora da Ajuda, São Francisco de Assis, São Benedito, Santa Luzia, São Caetano e São Pedro.

Imperial Ponte Dom Pedro II

Inaugurada em 7 de julho de 1865, a Imperial Ponte D. Pedro II foi construída sobre o Rio Paraguaçu, ligando as cidades de Cachoeira e São Felix, que situam-se nas suas margens. Sua estrutura é composta de ferro e lastros de madeira importados da Inglaterra e mede 365 m de comprimento e 9 m de largura. Significativa construção para a economia baiana no século XX e uma das principais obras de engenharia da América do Sul à época, a ponte é hoje também um dos cartões postais de Cachoeira.

Museu Regional da Cachoeira - Sede do IPHAN

Situado na Praça da Aclamação, o Museu Regional da Cachoeira e Sede do IPHAN encontra-se alojado em uma mansão colonial do século XVIII, dividida em dois pavimentos, como é também a característica das demais construções que o cercam. O sobrado foi uma das mais ricas e importantes residências baianas e pertenceu a diversas famílias de Cachoeira até ser doado ao IPHAN, em 1953. Após sofrer reforma e restauração, em 1966 a casa foi aberta ao público como museu. Seu acervo é composto por mobiliário colonial, uma parte trazida do Rio de Janeiro e outra parte doada pelos moradores de Cachoeira, além de registros fotográficos e edições da primeira metade do século XX dos principais jornais do estado da Bahia. Além de Museu, o edifício serve como sede regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que administra o Museu.

Outros patrimônios:

Rio Paraguaçu; Vila de Belém de Cachoeira (distrito municipal, a sete km do Centro de Cachoeira); Capela Nossa Senhora da Penha; Convento de Santo Antônio do Paraguaçu; São Francisco do Paraguaçu; Aniversário da cidade (13 de março); Festa do Divino (maio); Festa de São João/Feira do Porto (21 a 25 de junho); Data Magna (25 de junho) - Cachoeira como Capital do Estado da Bahia. Festa de Nossa Senhora da Boa Morte (1ª quinzena de agosto); Festa de São Cosme e Damião (27 de setembro); Festa de Nossa Senhora do Rosário (1ª quinzena de outubro); Festa de Nossa Senhora D'Ajuda (1ª quinzena de novembro); Festa de Santa Cecília (2ª quinzena de novembro); Festa de Santa Bárbara (4 de dezembro); Igreja de Nossa Senhora do Sagrado Coração do Monte Formoso; Pousada Mirante do Rio.

A história da **confraria religiosa da Boa Morte** se confunde com a maciça importação de escravos da costa da África para o Recôncavo canavieiro da Bahia, em particular para a cidade de Cachoeira, a segunda em importância econômica na Capitania da Bahia durante três séculos. O fato de ser constituída apenas por mulheres negras, numa sociedade patriarcal e marcada por forte contraste racial e étnico, emprestou a esta manifestação afro-católica, notável fama, seja pelo que expressa do catolicismo barroco brasileiro, de indeclinável presença processional nas ruas, seja por certa tendência para a incorporação aos festejos propriamente religiosos de rituais profanos pontuados de muito samba e comida. Há que acrescentar ao gênero e raça dos seus membros a condição de escravos ou descendentes deles, importante característica social sem a qual seria difícil entender tantos aspectos ligados aos compromissos religiosos da confraria, onde ressalta a enorme habilidade dos antigos escravos para cultivar a religião dos dominantes sem abrir mão de suas crenças ancestrais, como também aqueles aspectos ligados à defesa, representação social e mesmo política dos interesses dos adeptos.

Algumas confrarias como a **Sociedade Protetora dos Desvalidos** - faziam mais do que cultivar santos católicos e orixás patronos dos seus afiliados. Ao tempo que aparentemente atendiam exigências eclesiásticas e legais, constituíam-se em verdadeiras associações de classe, reservadas, e por trás de suas aparências de fachadas davam curso aos interesses secretos dos seus membros. Respeitadas instituições de solidariedade eram ao mesmo tempo expressão viva da permuta inter-étnica e ambíguo instrumento de controle social cujos participantes “administravam” criativamente. A confraria sempre ajuramentou aos seus

membros a colaborarem. Joias de entrada, anuidades, esmolas coletadas e outras formas de renda sempre foram usadas para os mais diversos fins: compra de alforria, realização de festejos, obrigações religiosas, pagamento de missas, caridade, vestuário. No caso da Boa Morte, integrada por mulheres bastante simples e quase todas idosas - entre 50 e 70 anos - os recursos arrecadados em vida buscaram sempre, a concessão de um funeral decente, cujo preparo, face a dupla militância religiosa de suas adeptas, exige rigor e entendimento, além de um certo pecúlio fúnebre.

Sobre as obrigações corporativas e a manifestação de Agosto, a historiografia dessas notáveis mulheres cachoeiranas continua a desafiar a inteligência de jovens pesquisadores. Seus rituais secretos ligados ao culto dos orixás também estão a requerer leitura etnográfica que respeite, naturalmente, os limites à manutenção dos segredos, tão importantes na manutenção dessa vertente religiosa. O que tem ressaltado é o aspecto externo do culto referido quase todo ao simbolismo católico e a sua apropriação afro-brasileira.

Durante o começo do mês de agosto, uma longa programação pública atrai a Cachoeira gente de todos os lugares, no que Moraes Ribeiro considera o mais representativo documento vivo da religiosidade brasileira, barroca, íbero-africana. Ceias, cortejos, missas, procissões, samba-de-roda colocam cerca de 30 remanescentes da Irmandade, que já possuiu mais de 200, no centro dos acontecimentos da provinciana cidade e, ultimamente, nos principais órgãos noticiosos da capital e telejornais. A festa propriamente dita tem um calendário que inclui a confissão dos membros na Igreja Matriz, um cortejo representando o falecimento de Nossa Senhora, uma sentinela, seguida de ceia branca, composta de pão, vinhos e frutos do mar obedecendo a costumes religiosos que interditam o acesso a dendê e carne na sexta-feira dia dedicado a Oxalá, criador do Universo, e procissão do enterro de Nossa Senhora da Boa Morte, onde as irmãs usam trajes de gala.

A celebração da assunção de Nossa Senhora da Glória, seguida de procissão, em missa realizada na Matriz dá curso à contagiante alegria dos cachoeiranos que irrompe em plenitude, nas cores, comida e bastante música e dança que se prologam por diversos dias, a depender dos donativos arrecadados e das condições de pecúlio do ano.

O **Samba de Roda** está ligado ao culto aos orixás e caboclos, à capoeira e à comida de azeite. A cultura portuguesa está também presente na manifestação cultural por meio da viola, do pandeiro e da língua utilizada nas canções. Foi considerado pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) como patrimônio imaterial. O ritmo e dança teve sua candidatura ao Livro do Tombo (que registra os patrimônios protegidos pelo IPHAN)

lançada em 4 de outubro de 2004, e, depois de ampla pesquisa a respeito de sua história, o samba-de-roda foi finalmente registrado como patrimônio imaterial em 25 de novembro de 2005, status que traz muitos benefícios para a cultura popular e, sobretudo, para a cultura do Recôncavo Baiano, berço do samba-de-roda.

O Samba de Roda no Recôncavo Baiano, designa uma mistura de música, dança, poesia e festa. Presente em todo o estado da Bahia, o samba é praticado principalmente, na região do Recôncavo. Mas o ritmo se espalhou por várias partes do país, sobretudo Pernambuco e Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro, já na sua condição de Distrito Federal, se tornou conhecido como a capital mundial do samba brasileiro, porque foi nesta cidade onde o samba evoluiu, adquiriu sua diversidade artística e estabeleceu, na zona urbana, como um movimento de inegável valor social, como um meio dos negros enfrentarem a perseguição policial e a rejeição social, que via nas manifestações culturais negras uma suposta violação dos valores morais, atribuindo a elas desde a simples algazarra até a supostos rituais demoníacos, imagem distorcida que os racistas atribuíram ao candomblé, que na verdade era a expressão religiosa dos povos negros, de inegável importância para seu povo.

Figura 6 - Danças típicas



Fonte: Google Imagens (2013)

Figura 7 - Manifestações religiosas e Artísticas

Fonte: Google Imagens (2013)

Por volta de 1822 foi criado, então, um governo provisório, composto de representantes de todas as vilas coligadas e que dirigiu o movimento militar contra a Capital, ocupada pelas tropas portuguesas sob o comando do general Madeira. “Pela ação dos cachoeirenses durante essas lutas, foi concedida à vila o título de Cidade heroica.” (IBGE, 2007). Em 1971, Cachoeira foi tombada pelo Instituto do Patrimônio e Histórico Artístico nacional, e a partir daí foi considerada Monumento Nacional. É um dos municípios baianos que reúne o mais importante acervo arquitetônico no estilo barroco.

Os prédios históricos, casas, igrejas, dentre outras construções, conservam a imagem dos séculos XVII e XVIII, período em que o comércio e a produtividade agrícola fizeram de Cachoeira a vila mais rica, populosa, e uma das mais importantes do Brasil.

Figura 8 - Vista aérea da cidade de Cachoeira-BA

Fonte: Google Imagens (2013)

Figura 9 - Confraria religiosa da Boa Morte



Fonte: Google Imagens (2013)

Figura 10 - Samba de roda



Fonte: Google Imagens (2013)

Figura 11 – Candomblé



Fonte: Google Imagens (2013)

Figura 12 - Procissão N.S. da Boa Morte



Fonte: Google Imagens (2013)

3 CENTRO DE P&D EM PRODUTOS COM VALOR CULTURAL AGREGADO

3.1 Um conceito de patrimônio em processo

O Centro de P&D em Produtos com Valor Cultural Agregado é um centro de pesquisa, desenvolvimento e produção oriunda de patrimônio cultural, e as políticas públicas que definem sua preservação, narrativo também da trajetória da preservação dos bens culturais do Recôncavo da Bahia. Para o Centro de P&D em Produtos com Valor Cultural Agregado, o objetivo será a busca de um modelo de desenvolvimento apropriado às condições locais e compatíveis com os diferentes contextos culturais regionais. Por esse motivo, a participação do Centro de P&D em Produtos com Valor Cultural Agregado nesses projetos de pesquisa e desenvolvimento cultural exige, devido a sua complexidade e seu impacto não só sobre as culturas, como também sobre as economias e as organizações sociais locais, um forte respaldo político.

A equipe multidisciplinar do Centro de P&D em Produtos com Valor Cultural Agregado deve ser composta por intelectuais de diversas áreas.

O trabalho do Centro será composto de quatro dimensões:

- I. A identificação do fenômeno como relevante, subentendendo a interação para conhecimento de sua dinâmica própria;
- II. a memorização, ou registro, que registra, através dos instrumentos adequados ou mais convenientes;
- III. a indexação, que utiliza metodologia descritiva, para resultar em “memória” daqueles processos;
- IV. e a devolução à comunidade pela ação mais adequada a cada caso.

O Plano reafirma uma concepção ampliada de cultura, entendida como fenômeno social e humano de múltiplos sentidos. Ela deve ser considerada em toda a sua extensão antropológica, social, produtiva, econômica, simbólica e estética. O Plano ressalta o papel regulador, indutor e fomentador do Estado, afirmando sua missão de valorizar, reconhecer, promover e preservar a diversidade cultural existente no Brasil. Aos governos e suas instituições cabem à formulação de políticas públicas, diretrizes e critérios, o planejamento, a implementação, o acompanhamento, a avaliação, o monitoramento e a fiscalização das ações,

projetos e programas na área cultural, em diálogo com a sociedade civil.

O Sistema Nacional de Cultura - SNC, criado por lei específica, e o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC orientarão a instituição de marcos legais e instâncias de participação social, o desenvolvimento de processos de avaliação pública, a adoção de mecanismos de regulação e indução do mercado e da economia da cultura, assim como a territorialização e a nacionalização das políticas culturais.

O Plano determina as seguintes competências ao Estado:

- **Formular políticas públicas**, identificando as áreas estratégicas de nosso desenvolvimento sustentável e de nossa inserção geopolítica no mundo contemporâneo, fazendo confluir vozes e respeitando os diferentes agentes culturais, atores sociais, formações humanas e grupos étnicos.

- **Qualificar a gestão cultural**, otimizando a alocação dos recursos públicos e buscando a complementaridade com o investimento privado, garantindo a eficácia e a eficiência, bem como o atendimento dos direitos e a cobrança dos deveres, aumentando a racionalização dos processos e dos sistemas de governabilidade, permitindo maior profissionalização e melhorando o atendimento das demandas sociais.

- **Fomentar a cultura** de forma ampla, estimulando a criação, produção, circulação, promoção, difusão, acesso, consumo, documentação e memória, também por meio de subsídios à economia da cultura, mecanismos de crédito e financiamento, investimento por fundos públicos e privados, patrocínios e disponibilização de meios e recursos.

- **Proteger e promover a diversidade cultural**, reconhecendo a complexidade e abrangência das atividades e valores culturais em todos os territórios, ambientes e contextos populacionais, buscando dissolver a hierarquização entre alta e baixa cultura, cultura erudita, popular ou de massa, primitiva e civilizada, e demais discriminações ou preconceitos.

- **Ampliar e permitir o acesso** compreendendo a cultura a partir da ótica dos direitos e liberdades do cidadão, sendo o Estado um instrumento para efetivação desses direitos e garantia de igualdade de condições, promovendo a universalização do acesso aos meios de

produção e fruição cultural, fazendo equilibrar a oferta e a demanda cultural, apoiando a implantação dos equipamentos culturais e financiando a programação regular destes.

- **Preservar o patrimônio material e imaterial**, resguardando bens, documentos, acervos, artefatos, vestígios e sítios, assim como as atividades, técnicas, saberes, linguagens e tradições que não encontram amparo na sociedade e no mercado, permitindo a todos o cultivo da memória comum, da história e dos testemunhos do passado.

- **Ampliar a comunicação e possibilitar a troca entre os diversos agentes culturais**, criando espaços, dispositivos e condições para iniciativas compartilhadas, o intercâmbio e a cooperação, aprofundando o processo de integração nacional, absorvendo os recursos tecnológicos, garantindo as conexões locais com os fluxos culturais contemporâneos e centros culturais internacionais, estabelecendo parâmetros para a globalização da cultura.

- **Difundir os bens, conteúdos e valores** oriundos das criações artísticas e das expressões culturais locais e nacionais em todo o território brasileiro e no mundo, assim como promover o intercâmbio e a interação desses com seus equivalentes estrangeiros, observando os marcos da diversidade cultural para a exportação de bens, conteúdos, produtos e serviços culturais.

- **Estruturar e regular a economia da cultura**, construindo modelos sustentáveis, estimulando a economia solidária e formalizando as cadeias produtivas, ampliando o mercado de trabalho, o emprego e a geração de renda, promovendo o equilíbrio regional, a isonomia de competição entre os agentes, principalmente em campos onde a cultura interage com o mercado, a produção e a distribuição de bens e conteúdos culturais internacionalizados.

Além desses objetivos, a criação do Centro de P&D em Produtos com Valor Cultural Agregado em Cachoeira, é institucional e juridicamente legítimo pelas seguintes funções declaradas no Plano Nacional de Cultura:

- i) A relação com instituições universitárias e de pesquisa;
- ii) o compartilhamento de responsabilidades e a cooperação entre os entes federativos;
- iii) a instituição e atualização de marcos legais;
- iv) a criação de instâncias de participação da sociedade civil;
- v) a cooperação com os agentes privados e as instituições culturais;

- vi) a disponibilização de informações e dados qualificados;
- vii) a territorialização e a regionalização das políticas culturais;
- viii) a atualização dos mecanismos de fomento, incentivo e financiamento à atividade cultural;
- ix) a construção de estratégias culturais de internacionalização e de integração em blocos geopolíticos e mercados globais.

São recomendadas as seguintes estratégias e ações:

1. Fortalecer a gestão das políticas públicas para a cultura, por meio da ampliação das capacidades de planejamento e execução de metas, a articulação das esferas dos poderes públicos, o estabelecimento de redes institucionais das três esferas de governo e a articulação com instituições e empresas do setor privado e organizações da sociedade civil.
2. Consolidar a implantação do Sistema Nacional de Cultura - SNC como instrumento de articulação, gestão, informação, formação, fomento e promoção de políticas públicas de cultura com participação e controle da sociedade civil e envolvendo as três esferas de governo (federal, estadual e municipal). A implementação do Sistema Nacional de Cultura - SNC deve promover, nessas esferas, a constituição ou fortalecimento de órgãos gestores da cultura, conselhos de política cultural, conferências de cultura, fóruns, colegiados, sistemas setoriais de cultura, comissões intergestoras, sistemas de financiamento à cultura, planos e orçamentos participativos para a cultura, sistemas de informação e indicadores culturais e programas de formação na área da cultura. As diretrizes da gestão cultural serão definidas por meio das respectivas Conferências e Conselhos de Política Cultural, compostos por, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de membros da sociedade civil, eleitos democraticamente. Os Órgãos Gestores devem apresentar periodicamente relatórios de gestão para avaliação nas instâncias de controle social do Sistema Nacional de Cultura - SNC.
3. Apoiar iniciativas em torno da constituição de agendas, frentes e comissões parlamentares dedicadas a temas culturais, tais como a elevação de dotação orçamentária, o aprimoramento dos marcos legais, o fortalecimento institucional e o controle social.
4. Consolidar a implantação do Sistema Nacional de Cultura - SNC, como instrumento de articulação para a gestão e profissionalização de agentes executores de políticas públicas de cultura, envolvendo a União, Estados, Distrito Federal, Municípios e sociedade civil.

5. Estimular a criação e instalação de secretarias municipais e estaduais de cultura em todo o território nacional, garantindo o atendimento das demandas dos cidadãos e a proteção dos bens e valores culturais.
6. Estimular a constituição ou fortalecimento de órgãos gestores, conselhos consultivos, conferências, fóruns, colegiados e espaços de interlocução setorial, democráticos e transparentes, apoiando a ação dos fundos de fomento, acompanhando a implementação dos planos e, quando possível, criando gestão participativa dos orçamentos para a cultura.
7. Estabelecer programas de cooperação técnica entre os entes da Federação para a elaboração de planos e do planejamento das políticas públicas, organizando consórcios e redes.
8. Estabelecer sistemas de integração de equipamentos culturais e fomentar suas atividades e planos anuais, desenvolvendo metas qualitativas de aprimoramento e atualização de seus modelos institucionais, de financiamento, de gestão e de atendimento ao público e elaborando programas para cada um dos seus focos setoriais de política pública.
9. Aprimorar e ampliar os mecanismos de comunicação e de colaboração entre os órgãos e instituições públicos e organizações sociais e institutos privados, de modo a sistematizar informações, referências e experiências acumuladas em diferentes setores do governo, iniciativa privada e associações civis.
10. Fortalecer as políticas culturais setoriais visando à universalização do acesso e garantia ao exercício do direito à cultura.
11. Disseminar subsídios para formulação, implementação, gestão e avaliação das políticas culturais.
12. Incentivar a formação de consórcios intermunicipais, de modo a elevar a eficiência e a eficácia das ações de planejamento e execução de políticas regionais de cultura.
13. Elaborar, em parceria com bancos e agências de crédito, modelos de financiamento para as artes e manifestações culturais, que contemplem as particularidades e dinâmicas de suas atividades.

14. Promover o investimento para a pesquisa de inovação e a produção cultural independente e regional.
15. Realizar acordos com bancos e fundos públicos e privados de financiamento para oferecimento de linhas de crédito especiais para a produção artística e cultural, viabilizando a sua produção e circulação comercial.
16. Estimular nos bancos estatais e de fomento linhas de crédito subsidiado para comunidades detentoras de bens culturais, para que possam realizar ações de preservação, de restauração, de promoção e de salvaguarda do patrimônio cultural.
17. Ampliar e desconcentrar os investimentos em produção, difusão e fruição cultural, visando ao equilíbrio entre as diversas fontes e à redução das disparidades regionais e desigualdades sociais, com prioridade para os perfis populacionais e identitários historicamente desconsiderados em termos de apoio, investimento e interesse comercial.
18. Articular os marcos regulatórios dos mecanismos de fomento e incentivo das esferas federal, estadual e municipal.
19. Ampliar e regulamentar as contrapartidas socioculturais, de desconcentração regional, de acesso, de apoio à produção independente e de pesquisa para o incentivo a projetos com recursos oriundos da renúncia fiscal.
20. Ampliar e aprimorar a divulgação dos programas, ações e editais públicos de apoio à cultura.
21. Incentivar o uso de editais pelas entidades financiadoras privadas, bem como por organizações não governamentais e outras instituições que ofereçam recursos para cultura.
22. Ampliar as linhas de financiamento e fomento à produção independente de conteúdos para rádio, televisão, internet e outras mídias, com vistas na democratização dos meios de comunicação e na valorização da diversidade cultural.
23. Incentivar a criação de linhas de financiamento e fomento para modelos de negócios culturais inovadores.

24. Estimular a criação, o aprimoramento do gerenciamento técnico dos empenhos e o controle social dos fundos de cultura, priorizando a distribuição de recursos por meio de mecanismos de seleção pública e de editais de chamamento de projetos.
25. Estabelecer mecanismos complementares de fomento e financiamento tornando o FNC sócio de empreendimentos culturais e permitindo a incorporação de receitas advindas do sucesso comercial dos projetos.
26. Aprimorar o mecanismo de incentivo fiscal, de forma a aproveitar seus recursos no sentido da desconcentração regional, sustentabilidade e alinhamento às políticas públicas.
27. Estimular a contrapartida do setor privado e das empresas usuárias dos mecanismos de compensação tributária, de modo a aumentar os montantes de recursos de copatrocínio e efetivar a parceria do setor público e do setor privado no campo da cultura.
28. Estimular pessoas físicas a investir em projetos culturais por meio dos mecanismos de renúncia fiscal, principalmente em fundos fiduciários que gerem a sustentabilidade de longo prazo em instituições e equipamentos culturais.
29. Promover a autonomia das instituições culturais na definição de suas políticas, regulando e incentivando sua independência em relação às empresas patrocinadoras.
30. Promover programas de cooperação técnica para atualização e alinhamento das legislações federais, estaduais e municipais, aprimorando os marcos jurídicos locais de institucionalização da política pública de cultura.
31. Contribuir para a definição dos marcos legais e organizacionais que ordenarão o desenvolvimento tecnológico, a sustentabilidade e a democratização da mídia audiovisual e digital.
32. Fortalecer e aprimorar os mecanismos regulatórios e legislativos de proteção e gestão do patrimônio cultural, histórico e artístico e dos museus brasileiros.
33. Instituir instrumentos tributários diferenciados para beneficiar a produção, difusão, circulação e comercialização de bens, produtos e serviços culturais.

34. Criar políticas fiscais capazes de carrear recursos oriundos do turismo em benefício dos bens e manifestações de arte e cultura locais.
35. Adequar a regulação dos direitos autorais, suas limitações e exceções, ao uso das novas tecnologias de informação e comunicação.
36. Criar marcos legais de proteção e difusão dos conhecimentos e expressões culturais tradicionais e dos direitos coletivos das populações detentoras desses conhecimentos e autoras dessas manifestações, garantindo a participação efetiva dessas comunidades nessa ação.
37. Promover a defesa de direitos associados ao patrimônio cultural, em especial os direitos de imagem e de propriedade intelectual coletiva de populações detentoras de saberes tradicionais, envolvendo-as nessa ação.
38. Garantir aos povos e comunidades tradicionais direitos sobre o uso comercial sustentável de seus conhecimentos e expressões culturais. Estimular sua participação na elaboração de instrumentos legais que assegurem a repartição equitativa dos benefícios resultantes desse mercado.
39. Estabelecer mecanismos de proteção aos conhecimentos tradicionais e expressões culturais, reconhecendo a importância desses saberes no valor agregado aos produtos, serviços e expressões da cultura brasileira.
40. Incentivar o desenvolvimento de modelos solidários de licenciamento de conteúdos culturais, com o objetivo de ampliar o reconhecimento dos autores de obras intelectuais, assegurar sua propriedade intelectual e expandir o acesso às manifestações culturais.
41. Incentivar e fomentar o desenvolvimento de produtos e conteúdos culturais intensivos em conhecimento e tecnologia, em especial sob regimes flexíveis de propriedade intelectual.
42. Promover uma maior articulação das políticas públicas de cultura com as de outras áreas, como educação, meio ambiente, desenvolvimento social, planejamento urbano e econômico, turismo, indústria e comércio.
43. Estabelecer a participação contínua dos órgãos culturais nas instâncias intersetoriais e nas ações das instituições responsáveis pelo desenvolvimento científico e tecnológico que

definem e implementam as políticas de inclusão e de distribuição da infraestrutura de serviços de conexão às redes digitais.

44. Articular os órgãos federais, estaduais e municipais e representantes da sociedade civil e do empresariado na elaboração e implementação da política intersetorial de cultura e turismo, estabelecendo modelos de financiamento e gestão compartilhada e em rede.

45. Realizar programas em parceria com os órgãos de educação para que as escolas atuem também como centros de produção e difusão cultural da comunidade.

46. Estabelecer uma política voltada ao desenvolvimento de ações culturais para a infância e adolescência, com financiamento e modelo de gestão compartilhado e intersetorial.

47. Dinamizar as políticas de intercâmbio e difusão da cultura brasileira no exterior, em parceria com as embaixadas brasileiras e as representações diplomáticas do País no exterior, a fim de afirmar a presença da arte e da cultura brasileiras e seus valores distintivos no cenário global, potencializar os intercâmbios econômicos e técnicos na área e a exportação de produtos e consolidar as redes de circulação e dos mercados consumidores de bens, conteúdos e serviços culturais.

48. Instituir uma agência de cooperação cultural internacional vinculada ao Ministério da Cultura e desenvolver estratégias constantes de internacionalização da arte e da cultura brasileiras no mundo contemporâneo.

49. Desenvolver políticas públicas para estimular o trânsito da arte e das manifestações culturais nas regiões fronteiriças brasileiras, ampliando o relacionamento com outros países do continente.

50. Estimular a circulação de bens culturais e valores, incentivando a construção de equipamentos culturais nas áreas de fronteira, com o objetivo de promover a integração dos países limítrofes.

51. Articular órgãos e políticas de cultura e relações exteriores para constituir e aprofundar programas sobre temas e experiências culturais com outras nações, sobretudo no âmbito do Mercosul, da América Latina, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, dando destaque também ao intercâmbio com China, Rússia, Índia e África do Sul.

52. Articular políticas de cultura e intercâmbio para aprofundar temas e experiências culturais com os países do continente africano, os países árabes, o continente europeu e os demais países que participaram dos fluxos migratórios que contribuíram para a formação da população brasileira.

53. Promover planos bilaterais e multilaterais de cooperação técnica e financeira, visando à troca de experiências, conhecimentos e metodologias para a viabilização de programas nacionais.

Com relação à diversidade do Centro de P&D em Produtos com Valor Cultural Agregado deve reconhecer e valorizar a diversidade proteger e promover as artes e expressões culturais. Isso porque a formação sociocultural do Brasil, principalmente o estado da Bahia e o Recôncavo especialmente é marcada por encontros étnicos, sincretismos e mestiçagens. É dominante, na experiência histórica, a negociação entre suas diversas formações humanas e matrizes culturais no jogo entre identidade e alteridade, resultando no reconhecimento progressivo dos valores simbólicos presentes em nosso território. O Centro de P&D não pode ignorar, no entanto, as tensões, dominações e discriminações que permearam e permeiam a trajetória do País, registradas inclusive nas diferentes interpretações desses fenômenos e nos termos adotados para expressar as identidades.

O Centro de P&D em Produtos com Valor Cultural Agregado oferece uma oportunidade histórica para a adequação da legislação e da institucionalidade da cultura brasileira de modo a atender à Convenção da Diversidade Cultural da Unesco, firmando a diversidade no centro das políticas de Estado e como elo de articulação entre segmentos populacionais e comunidades nacionais e internacionais.

3.3 Estratégias e Ações na implantação do Centro de P&D em Produtos com Valor Cultural Agregado

1 - Realizar programas de reconhecimento, preservação, fomento e difusão do patrimônio e da expressão cultural dos e para os grupos que compõem a sociedade regional,

especialmente aqueles sujeitos à discriminação e marginalização: os indígenas, os afro-brasileiros, os quilombolas, outros povos e comunidades tradicionais e moradores de zonas rurais e áreas urbanas periféricas ou degradadas; aqueles que se encontram ameaçados devido a processos migratórios, modificações do ecossistema, transformações na dinâmica social, territorial, econômica, comunicacional e tecnológica; e aqueles discriminados por questões étnicas, etárias, religiosas, de gênero, orientação sexual, deficiência física ou intelectual e pessoas em sofrimento mental.

2 - Estabelecer abordagens intersetoriais e transdisciplinares para a execução de políticas dedicadas às culturas populares, incluindo seus detentores na formulação de programas, projetos e ações.

3 - Criar políticas de transmissão dos saberes e fazeres das culturas populares e tradicionais, por meio de mecanismos como o reconhecimento formal dos mestres populares, leis específicas, bolsas de auxílio, integração com o sistema de ensino formal, criação de instituições públicas de educação e cultura que valorizem esses saberes e fazeres, criação de oficinas e escolas itinerantes, estudos e sistematização de pedagogias e dinamização e circulação dos seus saberes no contexto em que atuam.

4 - Realizar campanhas nacionais, regionais e locais de valorização das culturas dos povos e comunidades tradicionais, por meio de conteúdos para rádio, internet, televisão, revistas, exposições museológicas, materiais didáticos e livros, entre outros.

5 - Desenvolver e ampliar programas dedicados à capacitação de profissionais para o ensino de história, arte e cultura africana, afro-brasileira, indígena e de outras comunidades não hegemônicas, bem como das diversas expressões culturais e linguagens artísticas.

6 - Promover o intercâmbio de experiências e ações coletivas entre diferentes segmentos da população, grupos de identidade e expressões culturais.

7 - Fomentar a difusão nacional e internacional das variações regionais da culinária do Recôncavo da Bahia, valorizando o modo de fazer tradicional, os hábitos de alimentação saudável e a produção sustentável de alimentos.

8 - Fomentar projetos que visem a preservar e a difundir as brincadeiras e brinquedos populares, samba de roda, cantigas de roda, contações de histórias, adivinhações e expressões culturais similares.

9 - Promover a elaboração de inventários sobre a diversidade das práticas religiosas, incluindo seus ritos e festas.

10 - Incentivar projetos de moda e vestuário que promovam conceitos estéticos baseados na diversidade e na aceitação social dos diferentes tipos físicos e de suas formas de expressão.

11 - Ampliar o reconhecimento e apropriação social da diversidade da produção artística regional, por meio de políticas de capacitação e profissionalização, pesquisa e difusão, apoio à inovação de linguagem, estímulo à produção e circulação, formação de acervos e repertórios e promoção do desenvolvimento das atividades econômicas correspondentes.

12 - Promover ações de educação para o patrimônio, voltadas para a compreensão e o significado do patrimônio e da memória coletiva, em suas diversas manifestações como fundamento da cidadania, da identidade e da diversidade cultural.

13 - Fomentar a apropriação dos instrumentos de pesquisa, documentação e difusão das manifestações culturais populares por parte das comunidades que as abrigam, estimulando a autogestão de sua memória.

14 - Desenvolver e implementar, em conjunto com as instâncias locais, planos de preservação para as cidades e núcleos urbanos históricos ou de referência cultural, abordando a cultura e o patrimônio como eixos de planejamento e desenvolvimento urbano.

15 - Incentivar e promover a qualificação da produção do design, da arquitetura e do urbanismo contemporâneos, melhorando o ambiente material, os aspectos estéticos e as condições de habitabilidade das cidades do Recôncavo, respeitando o patrimônio preexistente e proporcionando a criação do patrimônio material do futuro.

16 - Estimular a compreensão dos museus, centros culturais e espaços de memória como articuladores do ambiente urbano, da história da cidade e de seus estabelecimentos humanos como fenômeno cultural.

17 - Promover e fomentar iniciativas de preservação da memória da moda, do vestuário e do design do Recôncavo, contribuindo para a valorização das práticas artesanais e industriais, rurais e urbanas.

18 - Instituir a paisagem cultural como ferramenta de reconhecimento da diversidade cultural de Cachoeira, ampliando a noção de patrimônio para o contexto territorial e abarcando as manifestações materiais e imateriais das áreas.

19 - Promover as culinárias, as gastronomias, os utensílios, as cozinhas e as festas correspondentes como patrimônio das baianas do Recôncavo; material e imaterial, bem como o registro, a preservação e a difusão de suas práticas.

20 - Ampliar os programas voltados à realização de seminários, à publicação de livros, revistas, jornais e outros impressos culturais, ao uso da mídia eletrônica e da internet, para a produção e a difusão da crítica artística e cultural, privilegiando as iniciativas que contribuam para a regionalização e a promoção da diversidade.

21 - Fomentar o emprego das tecnologias de informação e comunicação, como as redes sociais, para a expansão dos espaços de discussão na área de crítica e reflexão cultural.

22 - Incentivar a formação de linhas de pesquisa, experimentações estéticas e reflexão sobre o impacto socioeconômico e cultural das inovações tecnológicas e da economia global sobre as atividades produtivas da cultura e seu valor simbólico.

O desenho e a implementação de políticas públicas de cultura pressupõem a constante relação entre Estado e sociedade de forma abrangente, levando em conta a complexidade do campo social e suas vinculações com a cultura. Além de apresentar aos poderes públicos suas necessidades e demandas, os cidadãos, criadores, produtores e empreendedores culturais devem assumir corresponsabilidades na implementação e na avaliação das diretrizes e metas, participando de programas, projetos e ações que visem ao cumprimento do PNC.

Retoma-se, assim, a ideia da cultura como um direito dos cidadãos e um processo social de conquista de autonomia, ao mesmo tempo em que se ampliam as possibilidades de participação dos setores culturais na gestão das políticas culturais. Nessa perspectiva, diferentes modalidades de consulta, participação e diálogo são necessários e fundamentais para a construção e aperfeiçoamento das políticas públicas.

Reafirma-se, com isso, a importância de sistemas de compartilhamento social de responsabilidades, de transparência nas deliberações e de aprimoramento das representações sociais buscando o envolvimento direto da sociedade civil e do meio artístico e cultural. Este processo vai se completando na estruturação de redes, na organização social dos agentes culturais, na ampliação de mecanismos de acesso, no acompanhamento público dos processos de realização das políticas culturais. Esta forma colaborativa de gestão e avaliação também deve ser subsidiada pela publicação de indicadores e informações do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC.

3.4 Economia Criativa

As atividades culturais tradicionais deixam de ser tradicionais quando incorporam ao seu cotidiano o desenvolvimento de novos processos e produtos, novos materiais e *design*. Pode garantir que setores considerados tradicionais, como o têxtil, por exemplo, possam assumir a construção de “ativos intangíveis” como forma de competição inovando, quer em *design*, quer em produtos, quer em processos e ou materiais, tornando-se setores dinâmicos, com capacidade de exportar, atrair investimentos, gerar empregos.

Maior capacidade de geração de empregos, empregos mais qualificados, empregos de maior remuneração, empregos mais atrativos para jovens, empregos geradores de inclusão. Economia Criativa é um dos setores mais importantes a serem desenvolvidos no mundo atual. É um setor estratégico tanto do ponto de vista de sua capacidade de geração de empregos e renda, como de sua capacidade de alavancar outros setores, tornando-os mais dinâmicos e competitivos.

Centros de P&D em produtos com valor cultural agregado ampliam a capacidade de gerar novos produtos e serviços “transborda” para atividades inovadoras em outras empresas e organizações dentro e fora do setor, gerando encadeamentos nas cadeias produtivas, potencializando inovações em outros setores. Como intensivas em uso de tecnologia, as indústrias criativas demandam adaptações levando a inovações e novos desenvolvimentos tecnológicos.

Em uma economia baseada na cultura o papel da criatividade e da inovação não tecnológica é também importante especialmente nas indústrias nascentes que não são tipicamente investidoras em P&D, mas investem em outros intangíveis como *design*, organização do capital e marca ou novos modelos de distribuição e relação com clientes e

A capacidade de determinar a escala das atividades inovadoras, as características das empresas inovadoras e os fatores internos e sistêmicos que podem influenciar a inovação é um pré-requisito para o desenvolvimento e análise de políticas que visem incentivar a inovação tecnológica. O *Manual de Oslo* é a principal fonte internacional de diretrizes para coleta e uso de dados sobre atividades inovadoras da indústria. Incorpora o progresso feito na compreensão do processo inovador, a experiência adquirida sobre inovação.

A curva da riqueza, segundo o Manual de Oslo (OECD,1997) argumenta que desenvolvimento tecnológico e a inovação são cruciais para o crescimento da produtividade e do emprego. A necessidade de obter um melhor entendimento dos mecanismos que propiciam ou prejudicam o processo de inovação levou a importantes avanços durante a década de 1980, tanto no nível teórico, quanto no empírico. Foi neste trabalho que se basearam, em geral, as políticas de inovação da maioria dos países da OCDE.

O *Manual de Oslo* (1997) vai servir como orientação para a elaboração do Centro de P&D em Produtos com Valor Cultural Agregado; a ser adotado como referência. Vai-se utilizar de conceitos, definições e metodologia, incluindo definições mais precisas, instruções mais abrangentes de uso e uma visão panorâmica de outros modelos e aferições complementares (outros métodos de coleta de dados, dados de inovações não-tecnológicas). Também, da aferição das atividades de inovação, das características das indústrias de serviços.

Dois são os objetivos deste *Manual* com relação ao Centro de P&D em Produtos com Valor Cultural Agregado, fornecer uma estrutura dentro da qual as atividades de pesquisas e desenvolvimento existentes.

4 PROPOSTA DO PROJETO DO CENTRO DE P&D EM PRODUTOS COM VALOR CULTURAL AGREGADO NO RECÔNCAVO DA BAHIA

4.1 Desenvolvendo uma Estrutura Conceitual

As políticas de P&D incorporam cada vez mais novos atores institucionais. Governos estaduais e municipais na esfera pública, e instituições do setor privado, vêm se revelando

importantes agentes no processo de desenvolvimento científico e tecnológico da sociedade brasileira. Esse conjunto de instituições representa a base de uma nova configuração nas políticas de fomento à P&D.

É de fundamental importância entender que, sem ciência e avanço na área tecnológica, fica praticamente impossível um país tornar-se autônomo e desenvolvido. Refletir sobre desenvolvimento dos processos econômicos e educacionais, esquecendo a infraestrutura em P&D. P&D ou mesmo não fazendo uma ligação entre estes processos e a vida econômica e social dos cidadãos, é, antes de qualquer coisa, não perceber o real significado das políticas de fomento.

Na visão de Oliveira; Lima; Araújo (2005), a Ciência é propulsora do progresso de uma nação, tanto pela pesquisa básica quanto pela pesquisa aplicada, o que justifica o investimento do Estado sobre a mesma. O emprego de uma política futurista e inteligente que garanta um desenvolvimento contínuo da Ciência e Tecnologia (C&T) se constitui em uma alternativa fundante e passível de provocar mudanças reais na sociedade brasileira rumo ao primeiro mundo. Para Baiardi; Santos (2005), só há mudança na forma de gerir as políticas públicas quando as chamadas “elites públicas” são decompostas, contudo, as políticas de transformação social podem afluir através de iniciativas que contribuam com o desenvolvimento da sociedade local e de áreas circunvizinhas.

Como mostra a teoria de *Gestalt*, onde “o todo é maior que a soma das partes”, o crescimento de um indivíduo influi positivamente para o ganho da coletividade, ao se pensar no ciclo econômico da sociedade. Teixeira (2002, p.6) confirma dizendo que essa é a realidade do atual processo social em que a sociedade civil, articulada em suas organizações representativas em espaços públicos, passa a exercer um papel político amplo de construir alternativas nos vários campos de atuação do Estado e de oferecê-las ao debate público, co-participando inclusive, na sua implementação e gestão.

“Tal necessidade sob a criação de emprego e renda podem ser denominadas de falhas de mercado, ponto principal que as políticas públicas devem atuar. Situações nas quais os mercados não agem eficientemente, com o sistema de preços não sinalizando aos agentes a quantidade ótima de bens e serviços a ser produzida.” GOMES; JANUSSI (2003).

Segundo Callon (1994), a relação entre retornos crescentes e cooperação tem duas consequências: a primeira, ciência e tecnologia são endógenas ao sistema econômico; a

segunda, as trajetórias decorrentes passam a ser construídos por “coletivos” formados por firmas, laboratórios de universidades e usuários, formando o que o autor chama de redes tecno- econômicas flexíveis. Gomes; Janussi (2003 p.38) expandem, definindo Pesquisa e Desenvolvimento de interesse público como:

“Aqueles atividades alinhadas com metas de desenvolvimento e cujos benefícios são importantes para o bem-estar social e econômico e que não são adequadamente concebidas e financiadas pelo mercado competitivo, uma vez que alguns ou todos os benefícios resultantes são amplamente distribuídos e não podem ser apropriados individualmente (critério de exclusividade) pelas empresas a ponto de justificar seu investimento.” (GOMES, p.28, 2003)

Os autores ressaltam que é de interesse do Poder Público garantir e estimular a realização deste tipo de atividade. Os crescentes avanços nas áreas da ciência e da tecnologia têm possibilitado a geração de inovações, as quais, por sua vez, têm permitido ganhos de imperfeição de mercados para empresas e setores pioneiros.

A ciência e a tecnologia não podem mais ser consideradas deslocadas de um contexto social quaisquer que seja ele. São pontos chave para o desenvolvimento social e econômico de um país e, de outro modo, se apresentam hoje como importantes agentes de transformação, atuando como sustentáculos da soberania de uma nação, no reconhecimento da mesma no contexto de atual conjuntura econômica e na qualidade de vida de sua população.

Atrelado as consequências das relações entre ciência e tecnologia, bem como ao complemento da chamada tríade virtuosa, ciência-tecnologia-produção, temos o desenvolvimento científico e tecnológico de um país, que não serão, ao ver do presente pesquisador, obtidos através de fórmulas mágicas e ações isoladas restritas ao campo da política de gabinete (BAIARDI; SANTOS, 2005).

A implantação de centros que atendam de forma ampla oferecendo diversos tipos de produtos/serviços contribui fortemente na geração de renda, dando as pessoas carentes oportunidades de negócio e conseqüentemente atuando na melhoria da qualidade de vida e no desenvolvimento da educação desses novos empreendedores que ali estarão sendo estimulados, através de treinamento e capacitação desses trabalhadores. Uma avaliação recente do Banco Mundial aponta que o Brasil cria 316 mil novos negócios por ano, conquistando o terceiro lugar entre os países mais empreendedores, atrás dos Estados

Unidos e Reino Unido. Haja vista a boa expansão empreendedora do Brasil, a administração de contextos culturais e sociais é uma boa vertente a ser explorada como fonte de oportunidades de negócio.

Parcerias formadas por empresas e universidades começaram ainda na primeira metade do século XIX, com o cientista Justus Von Liebig, um dos fundadores da química orgânica. Quando voltou para a Alemanha, Liebig se instalou na pequena Universidade de Giessen, transformando-a no maior centro de química do mundo. O cientista introduziu o conceito de laboratório na universidade, atraindo cientistas de outros países da Europa e dos Estados Unidos. Liebig criou o sistema de pós-graduação, trazendo problemas da sociedade para que os alunos da universidade resolvessem e apresentassem seminários. A partir dos anos 90, a adição de capacitação de recursos humanos, o progresso do conhecimento, e o estímulo das parcerias universidade-empresa, tornou-se a fórmula de sucesso perfeita para o caminho em direção ao crescimento econômico e ao desenvolvimento sustentável. Diante de tal constatação, questiona-se o papel da Universidade num país como o Brasil, com tantas diferenças regionais.

Em uma rápida reflexão, constata-se que o papel das universidades é fazer avançar o conhecimento humano e com isto formar pessoal capaz de criar conhecimento e inovação. Coelho (2008, p.19) afirma que “A transformação do atual formato de universidade prepara o indivíduo para uma nova realidade de mundo, contribuindo para a formação de profissionais dinâmicos, empreendedores e inovadores”. Para Terra (2001), a “Universidade Empreendedora possibilita a mudança do paradigma atual, tradicional e conservador, para uma universidade moderna, que transcende ao utilizar a inovação e a transferência tecnológica como instrumento de promoção do desenvolvimento econômico e social”.

As universidades podem, às vezes, ajudar empresas a desenvolver tecnologia, mas esta não é a regra. Institutos de pesquisa fazem isto com maior frequência quando têm como objetivo desenvolver certas tecnologias. Entretanto, nem as universidades e nem os institutos podem substituir a iniciativa empresarial na especificação, na identificação de oportunidades e no desenvolvimento de pesquisas para os objetivos da empresa. A universidade existe para promover o avanço do conhecimento humano através da formação de indivíduos capazes de criar inovação e conhecimento. Os investimentos na criação de incubadoras de empresas contribuem fortemente para o desenvolvimento do empreendedorismo sustentável no País.

Para alunos, o investimento reflete-se em benefícios imediatos, como estágios e bolsas de estudo, e também na preparação técnica e prática para o futuro dentro do ambiente profissional. O Brasil possui uma base de universidades e centros de tecnologia, uma estrutura empresarial e um sistema de ciência, tecnologia e inovação que oferece todas as condições para a implantação de projetos bem sucedidos de Parques Tecnológicos, centros de P&D e Incubadoras de Empresas.

A experiência já acumulada na área, bem como os avanços nos instrumentos de promoção à inovação, criam as condições favoráveis para promover a criação e atração de empreendimentos inovadores.

A importância da implantação de um centro de P&D em produtos com valor cultural agregado é inegável, e se faz a partir da observação do potencial de fomento à Pesquisa e Desenvolvimento, e da previsão de impactos econômicos regionalmente favoráveis. À medida que os programas desenvolvidos no centro de P&D forem crescendo, os resultados serão vistos e assim difundidos com maior rapidez, transformando-se em benefícios não apenas para as instituições instaladas na incubadora de empresas, mas também para toda a região, através da capacitação profissional, da atração de investimentos e da geração de emprego e renda.

O Decreto nº 5.563, de 11.10.2005 regulamentou a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, e dá outras providências. Estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação e ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento industrial do País, nos termos dos arts. 218 e 219 da Constituição.

O estímulo à construção de ambientes especializados e cooperativos de inovação, que está organizada em torno de três eixos: a constituição de ambiente propício a parcerias estratégicas entre universidades, institutos tecnológicos e empresas; o estímulo à participação de institutos de ciência e tecnologia no processo de inovação; e o estímulo à inovação na empresa.

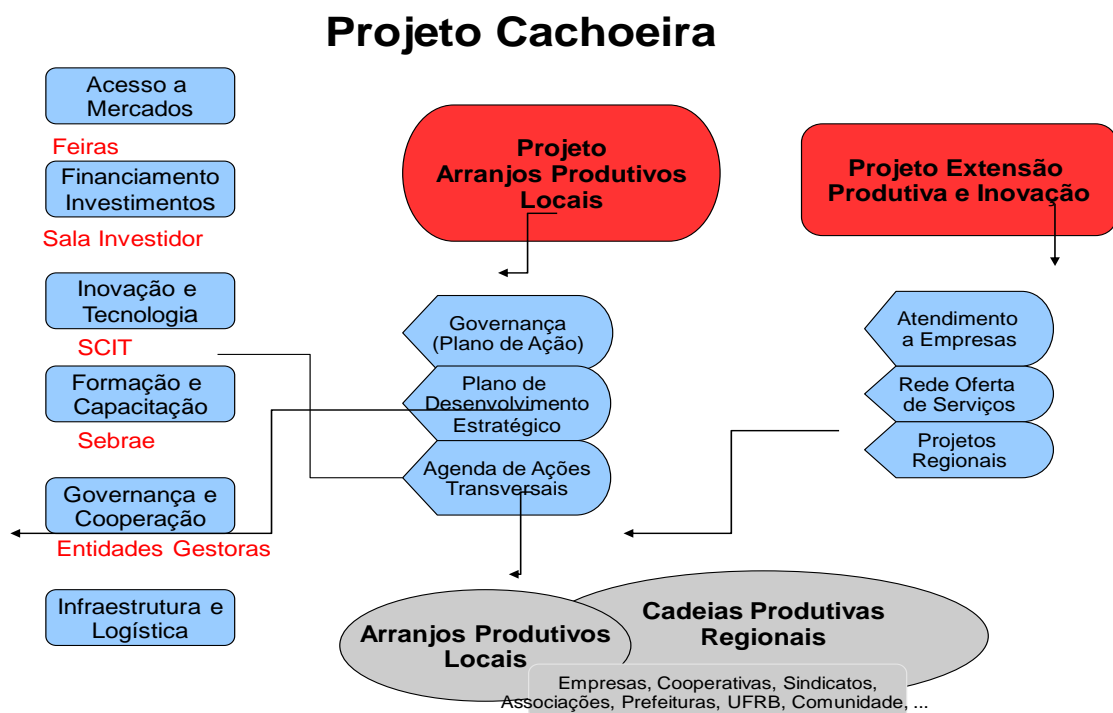
O objetivo dessa parceria é deixar de fazer o mesmo e inovar utilizando produtos e pessoas para ocupar uma fatia do mercado de sua região, estado, país e do mundo de forma a promover o desenvolvimento local sustentável. Uma das ações de fomento que foram desenvolvidas pelo Governo Federal é a Lei do Bem nº 11.196/2005, que propõe incentivos fiscais para empresas que investem em inovação. Para essas são concedidos deduções de

Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, para que a inovação aconteça de modo mais eficiente.

A Lei do Bem prevê ainda a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), na compra de máquinas e equipamentos para pesquisa e desenvolvimento; isenção do IR retido na fonte nas remessas efetuadas para o exterior, destinada ao registro e manutenção de marcas, patentes e cultivares; ou subvenções econômicas incorporadas às linhas de financiamento.

4.2 Condições estruturais do Centro do P&D em Produtos Com Valor Cultural Agregado no Recôncavo Da Bahia

Figura 14 - Estrutura conceitual do Centro de P&D



Fonte: Próprio Autor

Neste Centro de P&D em Produtos com Valor Cultural Agregado no Recôncavo da Bahia, o dínamo da inovação, será a Ciência, Tecnologia e o desenvolvimento.

Vale considerar o papel da UFRB em colaboração com o Centro de P&D, capacitação da Governança – auto-organização. Papeis serão negociados com respeito as seguintes instancias:

- Instituir Entidade Gestora e Capacitar Gestores
- Elaborar e Manter Plano de Desenvolvimento
- Extensão Produção, Inovação, Desenvolvimento de Produtos Culturais
- Atendimento direto às empresas e cooperativas e micro empresários
- Capacitar para elaboração de projetos, cooperação e inovação
- Estreitar vínculos com instituições de pesquisa, tecnologia, informação, crédito
- Ações Transversais
- Concentrar e coordenar ações focados no Centro de P&D Cachoeira e nos diversos instrumentos de governo e instituições
- Mobilização de ações de outros programas, órgãos e instituições.

Outras cooperações envolvendo empresas, sindicatos, organizações culturais requereriam:

Promoção Comercial; Redes de Cooperação; Financiamento; Infraestrutura; Inteligência Produtiva; Sustentabilidade; Reciclagem; Sistema de Incentivos; Investimentos; Educação e Cultura.

Figura 15 - UFRB e Sistema Nacional de C&T



Fonte: UFRB (2013)

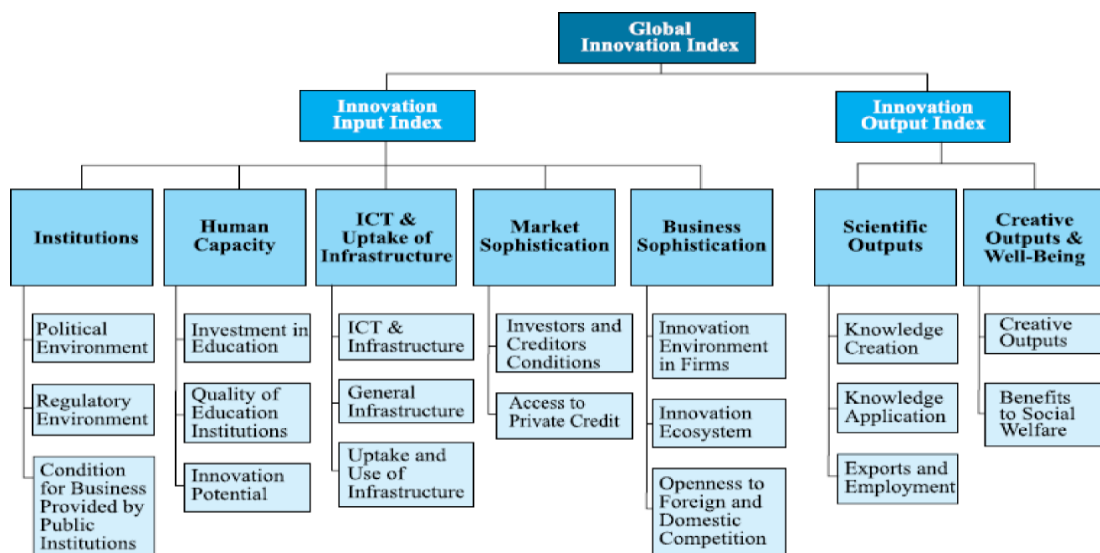
Demais atores da economia criativa envolveriam:

- Clusters e APLs de Micro e Pequenas empresas.
- Especialização Produtiva (turismo, história, samba de roda, arquitetura, culinária, religiosidade, N.S. Boa Morte).
- Redes de agentes e de relações sociais (cooperação prefeitura, classe empresarial, entidades públicas e privadas, e universidades privadas).

Figura 16 - Centro de P&D e UFRB como pilares da inovação

Innovation is Much More Than Science and Technology

The pillars of Innovation



² Global Competitiveness Report 2009-2010, World Economic Forum, 2009

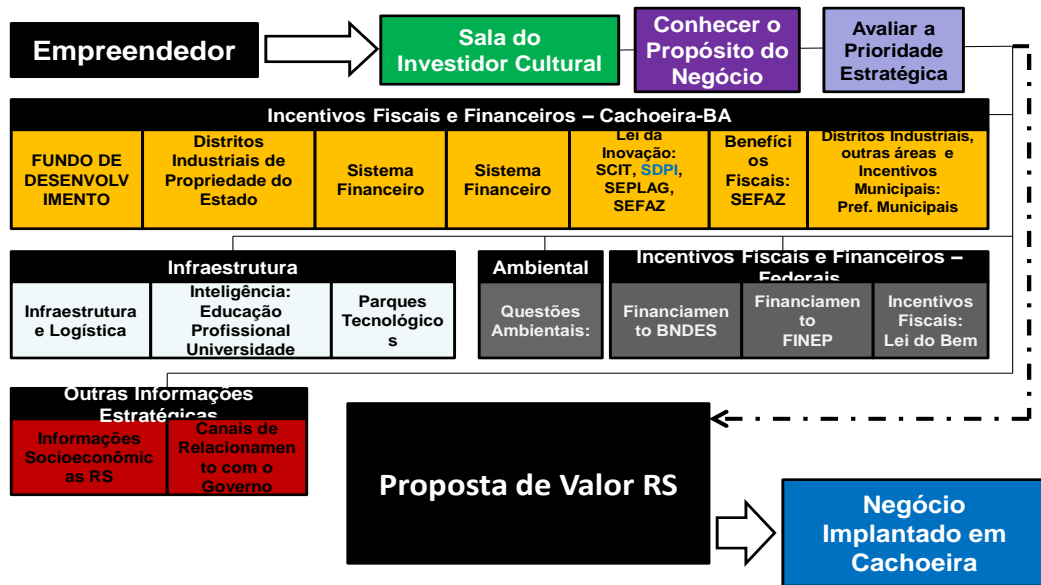
Este centro tem como escopo gerar produtos com:

- Valor cultural agregado em confecções;
- Valor cultural agregado na produção de calçados;
- Valor cultural agregado em instrumentos musicais;
- Valor cultural agregado em produtos artesanais;
- Valor cultural agregado para festas típicas;
- Valor cultural agregado em alimentos.

É necessário considerar os fatores de transferência: Incentivos fiscais e financeiros, e investidores culturais.

Figura 17 - Incentivos fiscais, financeiros e culturais.

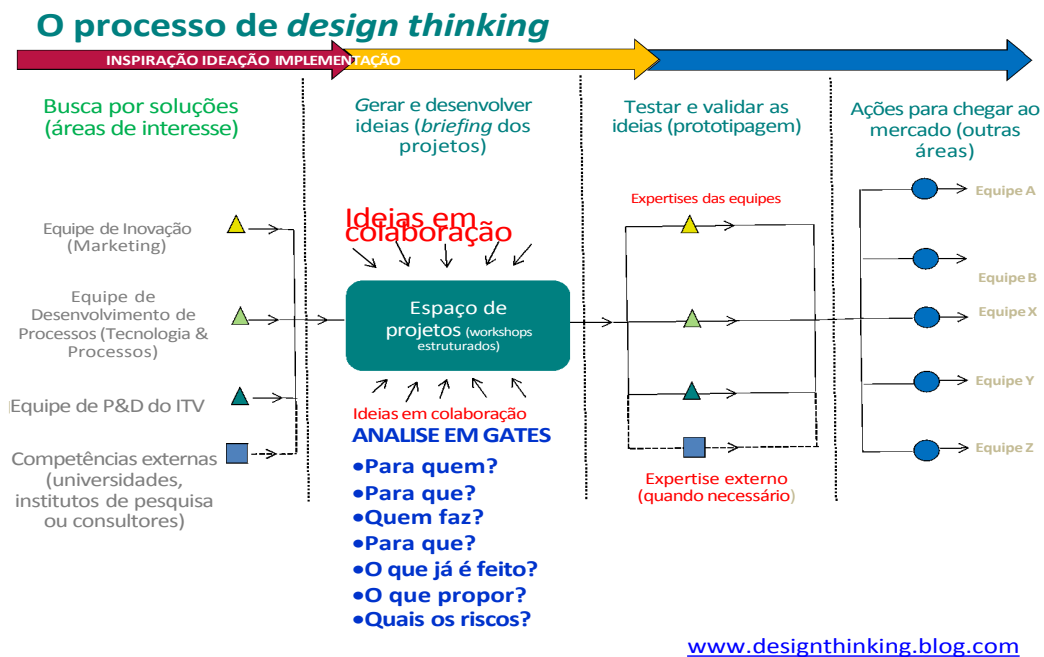
Sala do Investidor – fluxo geral



Gerente de Projeto designado pelo SDRS: interlocução com a empresa.

Enfim, é necessário considerar a base dos fundamentos das Políticas Públicas para o Projeto Centro P&D o processo de *design da criatividade*, como proposto na figura abaixo:

Figura 18 - Centro de P&D e o processo de design da criatividade



Os elementos essenciais da pesquisa visando tecnologia e inovação que estarão presentes na concepção do projeto do C&D são apresentados na figura 9; competência e inteligência; pesquisa e desenvolvimento. Importante será entender a lógica do etno-empendedorismo no Centro de P&D.

A despeito da sua relevância (POTTER, 1994 acrescenta “a necessidade de criar novas oportunidades de trabalho é complexa, ao passo que criar novos projetos passa a ser um desafio ainda maior”.

“[...] o desafio da criação de um ambiente propício á geração de novas ideias para aprimoramento de seus produtos e processos é preciso muito trabalho para vencer as resistências naturais que surgem sempre que uma nova ideia é proposta, bem como muita perseverança e, às vezes, muitos gastos até se comprovar a viabilidade desta nova ideia e, finalmente, implanta-la.” KRUGLIANSKAS (1996, p.17)

“Um projeto pode ser entendido como um sistema que engloba recursos humanos, materiais, financeiros e atividades que devem atender o objetivo pretendido dentro de um determinado prazo”. REID; BRETANI (2004), e “é executado em um contexto organizacional onde interagem competências e habilidades”. (MAXIMIANO, 1997).

Comaroff (2009, p.234) afirma que a “etnicidade até então entendida, de acordo com os autores, como “cultura + identidade” – está se transformando através de várias alianças inusitadas com o capital. Essa nova “etnicidade S.A.” não é apenas a *comodificação* da cultura étnica”. Já Blanchette (2009), diz que a comercialização da alteridade cultural, ou sua manipulação na construção de um nicho competitivo no mercado global, acaba se transformando numa expressão cultural do próprio grupo. Comaroff (2009, p.234) aponta análises feitas sobre a etnicidade. Segundo ele, “a venda da etnicidade como bem de consumo também pode reanimar a subjetividade cultural, recarregando a autoconsciência coletiva e incentivando a formação de novos padrões de sociabilidade”.

Finalmente vale considerar que a história contemporânea mostra a vulnerabilidade do estado da Bahia em termos de P&D, a ponto de se poder afirmar que inexiste no estado um sistema de inovações, com capacidade de interação com o setor produtivo. A despeito de se reconhecer o esforço realizado por parte do Governo e do próprio sistema FIEB para criar

condições que estimulem e favoreçam o processo de inovação na Bahia, entre elas as recentes ações na área de CT&I, como a criação da FAPESB em 2001 e da SECTI em 2003, que coordenam intervenções com vistas ao fortalecimento do sistema de inovação local, entretanto, ainda há muito a se feito.

Observa-se que o parque tecnológico do estado um tanto quanto generalista com alguns focos sem indicar, precisamente, quais são os grupos de pesquisa em Salvador, na capital do Estado, que poderiam ensejar interesses de empresas, considerando que a razão de ser do parque é oferecer às empresas "um ambiente qualificado e único", "propício para o desenvolvimento tecnológico", esquecendo que a atratividade de um espaço como este é dado pela competência na parceria em P&D, (Pesquisa e Desenvolvimento). Reconhecemos assim a importância da mudança dessa perspectiva para a formação de uma nova identidade para o estado baiano e principalmente no Recôncavo, além de produzir mais estudos referentes a estes aspectos desfavoráveis que atrasam a Bahia ante aos outros estados brasileiros.

Com essa avaliação parece-nos distinta a ideia do primeiro projeto de criação de um centro de pesquisa e desenvolvimento em produtos de valor cultural agregado no município de Cachoeira. Vale ressaltar que este projeto objetiva algo real, e não somente mais um trabalho de conclusão de curso.

A ideia é que ele realmente saia do papel e desenvolva-se na aplicação para o mercado, no tocante da ampliação e manutenção da cultura, unindo a universidade e a empresa privada, contribuindo com o tecido produtivo do Recôncavo, na busca de modificá-lo. A partir desse projeto, visamos transformar essa ideia, em economia criativa, desenvolvendo a indústria cultural local.

“Parques tecnológicos, incubadoras, agências de transferência de tecnologia, entre outros, são exemplos de instrumentos constitutivos de novas formas de organizar redes, de instituir sistemas de inovação, de organizar a geração, o processamento e a transferência de informações, tendo em vista o desenvolvimento de empresas, setores e regiões” (BAIARDI; SANTOS, 2005; p. 9).

Objeto: Produto é o Centro de P&D com incubadora de empresas de base tecnológica. Uma unidade produtiva que visa organizar e qualificar empresários para o mercado formal de trabalho, promovendo assessorias e cursos que incentivem a elevação da autoestima, organização e união para criação de empresas autogeridas ou cooperativas geridas por eles.

Objetivos do projeto

Geral --- Contribuir para o crescimento econômico do município de Cachoeira e da região do Recôncavo Baiano promovendo a aceleração do processo de criação de micro e pequenas empresas caracterizadas pelo fomento à inovação tecnológica, pelo elevado conteúdo tecnológico de seus produtos, processos e serviços, bem como pela inclusão social e a utilização de modernos métodos de gestão.

Especificamente deve haver o objetivo de implantar um ambiente local que estabeleça uma cultura empreendedora e possibilite a geração de empregos, apoiando a introdução de novos produtos, processos e serviços no mercado regional.

Para tanto em linhas gerais, pretende-se que o projeto:

- 1 Capacite empresários-empreendedores;
- 2 Estimule a associação entre pesquisadores e empresários;
- 3 Promova a agregação de conhecimento e a incorporação de tecnologias nas micro e pequenas empresas;
- 4 Promova a interação entre micro e pequenas empresas e instituições que desenvolvam atividades tecnológicas.
- 5 Realize pesquisa e desenvolvimento gerando produtos e processos.

Para atingir o objetivo, deve-se buscar primeiramente um acordo de parceria público/privada entre a Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB) situada na cidade de Cruz das Almas – BA, a Prefeitura do município de Cachoeira e o Instituto Adventista de Ensino do Nordeste (IAENE) localizado na cidade.

A UFRB estaria à frente do projeto, com o papel principal de buscar as parcerias, localizar o local do centro, definir a equipe, a forma de trabalho e os especialistas consultores, delinear a pesquisa, e a promoção do projeto, ajudando os novos empreendedores culturais a criarem seus produtos de forma correta.

É importante refletir que, até o momento, inexistiu uma cultura de P&D na UFRB, embora haja uma preocupação com a propriedade intelectual, não houve investimento na área de Ciência, Tecnologia e Inovação, e a carência na região do Recôncavo Baiano é muito grande. Este centro seria uma boa aposta para a melhoria da qualidade de vida e inclusão competitiva, através dos arranjos produtivos e organizacionais que priorizem a ação coletiva. Não há uma empresa no Recôncavo em que a UFRB tenha contribuído para “*spin-off*”, um termo que se aplica a produtos que tiveram sua origem em criações desenvolvidas para resolver um problema específico, porém sofreram desdobramentos, resultando em outros produtos úteis para a sociedade.

A UFRB ainda não tem contribuído para dar para o tecido produtivo industrial do Recôncavo, nem para avaliá-lo e nem para modificá-lo. As grandes intervenções público privadas no Recôncavo necessitam da UFRB, apenas, para atender com pequenos serviços ligados a exigências legais de implantação.

A economia do Recôncavo continua sem expressão, e com concentração no setor secundário, a previsão de crescimento no recôncavo não pode ser medida nem a médio e longo prazo. Baiardi (2005 p.33) afirma que “A região que não perseguir a geração autóctone do conhecimento e renunciar a presença em suas instituições de pesquisa de temas avançados, estará mantendo um elevado grau de vulnerabilidade de sua economia e não terá capacidade de se beneficiar dos efeitos virtuosos de internalização, em “primeira mão” das inovações”.

Com o projeto pronto, a intenção é apresentá-lo ao poder público, organizações privadas, associações comerciais e centros culturais, com o objetivo de firmar parcerias.

Para tanto é necessária aquisição de competências:

- Realizar estudos para identificar oportunidades;
- Definir parcerias com o município e com o Estado;
- Instituir grupo de pesquisadores interessados;
- Encaminhar projetos a FINEP;
- Solicitar apoio de outros centros para concepção e projetos de engenharia para as instalações do centro de P&D

Com todas as etapas concluídas objetiva-se enfim, criar um centro de referência para novos empreendedores e a preservação da cultura local, alavancando economicamente a região e mostrando ao Brasil e ao mundo a cultura e o empreendedorismo étnico, negro - mestiço do nordeste.

Recursos necessários - Não existe ainda um orçamento aprovado para este projeto, mas espera-se que os custos sejam divididos entre a UFRB e a Prefeitura do Município de Cachoeira, pois concerne ao interesse público no que diz o desenvolvimento local, e recursos de fontes de financiamento e fomento.

O projeto interessa tanto à Universidade, instituição coordenadora do projeto, quanto a Prefeitura da supracitada cidade.

Os recursos humanos serão majoritariamente da UFRB e da parceira Faculdade Adventista da Bahia. Contudo, poderão ser solicitados técnicos consultores de outras instituições que se interessem no projeto, deixando claro, que todos passarão por processos seletivos, para que cada atividade tenha um profissional específico dentro da área de atuação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa expectativa com este projeto é contribuir para o crescimento econômico da região do recôncavo, preservar a cultura e difundir os produtos artesanais, acreditando na força que essa população tem. É nossa intenção a partir deste projeto criar uma cultura empreendedora nos futuros gestores, de modo, que o centro de pesquisa em produtos com valor agregado, seja uma referência, de inovação naquilo que se tem de melhor em cada produto.

Como um espaço que pretende contribuir tecnicamente para a pesquisa em produtos com valor agregado, esperamos que as atividades e projetos do centro despertem o interesse de pesquisadores sociais, assim como de professores, na temática de novas tecnologias e na problemática das incubadoras tecnológicas. Neste sentido, esperamos que o centro seja um pólo de discussão sobre preservação e difusão de conhecimento entre cooperativas. Aliás, essa preocupação também é manifestada por vários autores, como (BELTRAME, 2008), (LUZ ETAL, 2009), (GARNICA et al, 2005), (ENRIQUEZ; COSTA, 2001), (DORNELAS, 2009), entre outros.

O movimento dos centros de pesquisa e das incubadoras de empresas como vimos tem uma função colaborativa, sendo um modelo de fortalecimento para a sobrevivência das novas, pequenas ou micro empresas, que tem ainda tem na sua essência promover as relações entre universidades e empresas. O que almejamos é que este projeto suscite interesse nos órgãos do Estado e instituições nacionais e estrangeiras que apoiam iniciativas de pesquisa em estudos tecnológicos e culturais.

Tornar este projeto realidade é um desafio a ser assumido, também, pelos órgãos acadêmicos públicos e privados, por instituições de pesquisa e centros tecnológicos em funcionamento e, sobretudo, pela equipe técnica que será formada. “O ato de empreender faz parte do patrimônio cultural de um povo. Sem a cultura de empreender, um povo não cria condições de se desenvolver historicamente.” Homiaki; Ferreira; Santi (2012, p.2). Argyris (1980) “compreende que as normas da cultura e da sociedade e que irão inibir ou limitar as experiências e a maturidade do indivíduo” segundo Dolabela (2008), o empreendedor e o “motor da economia”, um agente de mudanças.

REFERÊNCIAS

ARBACHE, J. **Transformação demográfica e competitividade internacional da economia brasileira**. Revista do BNDES, Vol. 36: 365-392, 2011.

ARGYRIS, C. **Integrating the Individual and the Organization**. New York: John Wiley & Sons, 1980.

ARRUDA, M. **A inserção de produtos no mercado**. Revista SEBRAE. Brasília, n. 6, set./out. 2002.

ALMEIDA, Maria Lúcia Horta de. **Construindo Alternativas de Geração de Trabalho e Renda**. In: Cadernos da Oficina Social do PRONINC – Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares. Rio de Janeiro: Oficina Social, Centro de Tecnologia, Trabalho e Cidadania, 2002.

ANPROTEC - Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores. **Perguntas e Resposta**. 2008. Disponível em: <<http://www.anprotec.org.br/publicacao.php?idpublicacao=17>>. Acesso em: 12/11/2012

ANPROTEC. **Informativo das Incubadoras e Parques Tecnológicos**. Edição Bimestral da ANPROTEC. Vários números (1997-1998).

BARCELOS, B. Sarieddine. **O novo marketing: A Importância de Novas Estratégias Mercadológicas como o Marketing Social e o Marketing Cultural**. Rio de Janeiro, 2006.

BAIARDI, A.; SANTOS, A. V. dos. **A retomada da política de popularização da ciência: Fatos e eventos recentes e as vicissitudes do Museu de Ciência e Tecnologia da Bahia**. Bahia Análise& Dados, v. 15, p. 311-322, 2005.

BELTRAME, Antor. **Ensinação e aprendizagem em incubadora tecnológica: um estudo de caso na incubadora tecnológica de Caxias do Sul**. 2008. 169 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Curso de Mestrado. Universidade de Caxias do Sul.

BECKER, H. S. **Art Worlds**. Berkeley, CA: University of California Press, 1982.

BLANCHETTE, G. Thaddeus. Mana vol.17 no. .3 Rio de Janeiro Dec. 2009. Resenha. UFRJ.

BRASIL. **Perfil dos municípios brasileiros:** Cultura 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

BRESNAHAN, T.; GAMBARDILLA, A.; SAXENIAN, A.L.; FELDMAN, M. **The entrepreneurial event revisited: firm formation in a region context.** *In:* BRESCHI, S. MALERBA, F. (Org.) Clusters, Networks, and Innovation. New York: Oxford University Press, 2007.

CALLON, M. **Is Science a Public Good?** Science, Technology & Human Values, v.19, n.4, pp. 95-424, 1994.

COELHO JÚNIOR, G. Moraes. **O Papel da Universidade no Desenvolvimento Local - estudo de caso da UNIFEI, Itajubá, MG.** (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: PPGDL - Centro Universitário Augusto Motta, UNISUAM, 2008.

COMAROFF, Jean; COMAROFF, John L. **Ethnicity, Inc.** Chicago: University of Chicago Press. 234pp. 2009.

DOLABELA, F. **Oficina do Empreendedor.** São Paulo: Cultura, 2008.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Planejando incubadoras de empresas:** como desenvolver um plano de negócios para incubadoras. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

DORNELLAS, José C. A. **Plano de Negócios para Incubadoras:** A experiência da Rede Paulista de Incubadoras de Empresas, 2001. Disponível em <<http://planodenegocios.com.br>>. Acesso em: 10 jul. 2009.

ENRÍQUEZ, Gonzalo; COSTA, Jair. G. C. **Sistemas locais de inovação tecnológica, incubadoras de empresas e desenvolvimento da indústria no Pará.** 2001. Disponível em: <[http://www.ppi.pa.gov.br/Arquivos/artigos/SISTEMAS%20LOCAIS%20DE%20INOVA%](http://www.ppi.pa.gov.br/Arquivos/artigos/SISTEMAS%20LOCAIS%20DE%20INOVA%20)>. Acesso em: 09/11/12.

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 29., 2005, Rio Grande do Sul. Anais eletrônicos. Rio de Janeiro: ABEPRO, 2005. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGERP2005_Enegep1103_0950.pdf>. Acesso em: 09/11/12

FELDMAN, M. **The entrepreneurial event revisited:** firm formation in a region context.

In: BRESCHI, S. MALERBA, F. (Org.) Clusters, Networks, and Innovation. New York: Oxford University Press, 2007.

GARNICA, Leonardo A. et al. **Relações empresa-universidade**: um estudo exploratório da UNESP no município de Araraquara/SP. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 29. 2005, Rio Grande do Sul. Anais eletrônicos. Rio de Janeiro: ABEPRO, 2005.

GOMES, R. D. Maia.; JANNUZZI, G. Martino **Pesquisa& Desenvolvimento de Interesse Público e as Reformas no Setor Elétrico Brasileiro**. Dissertação de mestrado. Faculdade de Engenharia Mecânica,Planejamento de Sistemas Energéticos, Unicamp, Campinas, 2003.

HOMIAKI, Silvia; FERREIRA, J. L. Delconte; SANTI, S. N. **Empreendedorismo e abertura de empresas na região noroeste do Paraná**: Um estudo comparativo por micro-regiões – VII ENPPEX – Universidades e Gestão Pública: Perspectivas e Oportunidades. 2012.

KRUGLIANSKAS, I. **Tornando a Pequena e Média Empresa Competitiva**, São Paulo: Instituto de Estudos Gerenciais e Editora, 1996.

LASWELL, H.D. **Politics: Who Gets What, When, How**. Cleveland, Meridian Books. 1936/1958.

Lei 10.973. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/Lei/L10.973.htm

LIMA, F. Dantas; OLIVEIRA, H. Giesbrecht; LIMA S. Ugalde de. **Indicação Geográfica**: agregação de valor aos produtos amazônicos. T&C Amazônia, Ano V, Número 11, Junho de 2005.

LYNN, L. E. **Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis**. Santa Monica, Calif: Goodyear. 1980

LUÍS SANTOS, Jadson. **Cachoeira III Séculos de História e Tradição**. Salvador: Contraste, 2001.

LUZ, A. Antunes; KOVALESKI, João Luiz; ESCORSIM, Sergio. **Incubadoras de empresas de base tecnológica**: Um estudo sobre Empreendedorismo, Inovação e Relações Universidade-Empresa. 2009.

MAXIMIANO, A. C. A. **Gestão de projetos**. São Paulo: Atlas, 1997.

MOWERY, D.C.; SAMPAT, B.N. **Universities in national innovation systems**. In: FAGERBERG, J.; MOWERY, D.C.; NELSON, R.R. (Org.). The Oxford Handbook of innovation. New York: Oxford University Press, 2006.

NAZZARI, Rosana Kátia. **Capital Social, cultura e socialização Política: A Juventude Brasileira**. Porto Alegre, 2003. Tese de doutorado em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

OECD. **Manual de Oslo**. Proposta de Diretrizes para Coleta e Interpretação de Dados sobre Inovação Tecnológica. 1997.

OLIVEIRA, Antonio José Silva. LIMA, Maria Eliana Alves. ARAÚJO Michelle Sena Rosa. **Aspectos Históricos Das Políticas Públicas De Fomento À Ciência E À Tecnologia No Brasil E No Maranhão: Avanço ou retrocesso?** (Artigo Científico) São Luiz, MA. UFMA, 2005.

OLIVEIRA, Antonio José Silva; LIMA, Maria Eliana Alves. Revista Maranhense: veículo de divulgação científica no estado do Maranhão. In: **XVI SIMPÓSIO NACIONAL DE ENSINO DE FÍSICA**, 2005, Rio de Janeiro. Anais do XVI SNEF. 2005.

PETERS, B. G. **American Public Policy**. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986.

PÉRICO, A. E.; REBELATTO, D. A. N. **O capital de risco no financiamento da inovação: experiência internacional**. In: CLADEA, 2004, *Anais do XXXIX Assembleia Anual do CLADEA...* Puerto Plata. Madrid: Delta Publicações. V. XXIV, 2004. p. 185-209.

PORTER, M., **Vantagem Competitiva**. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1994.

REID, S. E.; BRENTANI, U. **The fuzzy front end of new product development for discontinuous innovation: a theoretical model**. Journal of Product Innovation Management, 21, 3, 170–184, 2004.

REPARTE - **A Rede Paranaense de Incubadoras e Parques Tecnológicos**. Disponível em: <<http://www.reparte.org.br/comoeporque.php>>. Acesso em: 12/11/ 2012.

RODRIGUES, Maria da Paz J. **Políticas culturais no município de cachoeira - ba: avanços e desarticulações**. Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Bahia, 2009.

SAMPAIO, Luciana L. **O estímulo ao empreendedorismo na universidade: o caso da pré-incubação da Rede de Incubadoras de Tecnologia da Universidade do Estado do Pará**. In:

SILVA, S. Alves. **A relevância das incubadoras de empresas no mundo contemporâneo**. Revista eletrônica: 235-251, 2009.

SIRILLI, G. **Conceptualising and mensuring technological innovation**. In: CONFERENCE ON TECHNOLOGY POLICY AND INNOVATION, 2., 1998, Lisboa. Portugal: ago. 1988. p.3-5.

TERRA, Branca. R. C. **A transferência de tecnologia em universidades empreendedoras: Um caminho para a inovação tecnológica.** Rio de Janeiro: ed. Qualitymark, 2001.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade.** 2002

ANEXO I

Figura 19 - Produção de Calçados



Fonte: Google Images (2012)

Figura 20 - Produção de Alimentos



Fonte: Google Images (2013)

Figura 21 - Produção de Artesanato



Fonte: Google Images (2013)

Figura 22 - Produção de Confeções



Fonte: Google Images (2013)

Figura 23 – Produção de Festas Típicas



Fonte: Google Images (2013)

Figura 24 - Produção de Instrumentos Musicais



Fonte: Google Imagens (2013)